

O PCP E A SITUAÇÃO POLÍTICA APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O Comité Central do PCP reuniu no passado dia 5, a fim de analisar a actual situação política e os resultados das eleições para a Presidência da República. No final da reunião, o CC divulgou um documento, que publicamos nas págs. 2, 3, 4 e 5. O comunicado do CC analisa as condições em que foi apresentada a candidatura do camarada Octávio Pato, a forma como decorreu a campanha e o significado e consequências da candidatura do major Otelio Saraiva de Carvalho, define a posição do PCP face ao Presidente da República eleito e ao governo a constituir e aponta as directrizes de acção para o Partido nas novas condições criadas. O estudo e discussão deste documento é uma tarefa essencial e urgente em todas as organizações. Como afirma o CC, «o reforço político, ideológico e orgânico do Partido é indispensável para a defesa e consolidação de todas as conquistas da revolução».



SAMORA MACHEL

**AO COMITÉ CENTRAL
DO PCP**

Ao Comité Central
do Partido Comunista Português

Em nome da FRELIMO, do Governo e do Povo da República Popular de Moçambique e em meu nome próprio agradeço a vossa mensagem militante por ocasião do primeiro aniversário da nossa independência. A nossa vitória é consequência da luta comum contra o colonial-fascismo, o imperialismo, o racismo e todo o sistema de exploração do homem pelo homem. Reafirmamos, mais uma vez, os laços firmes de solidariedade que nos unem e o nosso empenhamento em cumprir em todas as circunstâncias o nosso dever internacionalista.

Saudações fraternas e revolucionárias

Samora Moisés Machel,
presidente da FRELIMO,
presidente da República
Popular de Moçambique

Editorial

O COMITÉ CENTRAL DO PCP APONTA O CAMINHO

O Comité Central do PCP fez o balanço das eleições presidenciais; analisou a orientação e o comportamento do Partido durante a campanha eleitoral e os resultados da votação; tirou as necessárias conclusões políticas desta terceira batalha pela institucionalização da democracia portuguesa; definiu as suas linhas de acção para o período imediato.

O documento saído da reunião, que noutro lugar publicamos, reflecte não apenas o debate no Comité Central mas também um outro mais vasto em que participaram milhares de militantes destacados de numerosas organizações do Partido, recolhe as opiniões de milhares de trabalhadores e portugueses e, por sua vez, constitui um importante instrumento de debate no seio do Partido e entre o Partido e as massas.

Os bonzos do anticomunismo — sejam eles da direita ou da ultra-esquerda — esforçam-se por incutir entre as massas populares falsos juízos de valor acerca dos comunistas portugueses. Diminuem, ou pura e simplesmente silenciam, os êxitos do PCP; exageram ou deformam os seus insucessos reais ou aparentes. Tomam os seus desejos por realidades. A desilusão os espera, como é de hábito.

Agora, a propósito da votação no candidato comunista às eleições presidenciais, os inimigos do PCP procuram determinar em termos de votos a força e influência de massas dos comunistas portugueses.

(Continua na pág. 8)

BERLIM: CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA



Os membros da delegação portuguesa presente na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP; Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Abolim Inglês, do CC, e Helena Costa, colaboradora do CC, ao serem recebidos pelo Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA).

PARALISAÇÃO CONTRA O TERRORISMO

A paralisação de 30 minutos contra as acções terroristas, após o atentado à bomba na sede da Intersindical, mobilizou centenas de milhares de trabalhadores e constituiu uma grandiosa manifestação de combatividade e unidade — Pág 9



● As últimas medidas do VI Governo (entrevista com o camarada Veiga de Oliveira ministro das Obras Públicas) — Pág. 9

● Por uma
solução
correcta
para
a crise
energética
do País

Pág. 8

**FESTA
DO
«AVANTE!»**

Pág. 12



O PCP E A SITUAÇÃO POLÍTICA APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

No dia 5 de Julho de 1976, teve lugar uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou a campanha e as eleições para a Presidência da República e a situação decorrente dos seus resultados.

Salientando as dificuldades do processo da revolução portuguesa, o Comité Central reafirmou a confiança na capacidade da classe operária, das massas populares, das forças democráticas para assegurarem a defesa dos seus interesses vitais, das liberdades e das outras conquistas da

revolução.

O Comité Central salientou a decisiva importância da unidade dos trabalhadores e dos democratas e da aliança do povo com as Forças Armadas.

O Comité Central verificou que, apesar da extrema complexidade da

situação, o Partido se manteve e mantém unido, coeso, firme, confiante, em condições de continuar tendo a intervenção que é necessária e indispensável para a consolidação e a construção do novo regime democrático, no caminho do socialismo.

I - As eleições presidenciais e a conjuntura política

1 As eleições presidenciais não constituíram um acontecimento isolado na vida política portuguesa.

Elas realizaram-se num momento político dominado por dois acontecimentos fundamentais: a entrada em vigor da Constituição e a recente realização das eleições para a Assembleia da República.

No processo da revolução portuguesa, a entrada em vigor da Constituição marca a passagem da situação democrática provisória existente nos dois primeiros anos da revolução para um regime democrático, regido pelos princípios consignados na lei fundamental do País, obrigatórios para todos os portugueses.

A Constituição foi elaborada e aprovada contra a vontade dos partidos reaccionários. O CDS votou contra. O PPD fez sérias reservas e votou contra numerosos artigos e disposições essenciais. A aprovação da Constituição foi possível porque os deputados socialistas e comunistas na Assembleia Constituinte convergiram na aprovação das suas disposições fundamentais.

A Constituição corresponde ao estágio do processo de democratização e consagra as liberdades e as outras conquistas fundamentais da revolução.

A institucionalização do novo regime democrático é um passo de significado

histórico. A consolidação da democracia corresponde aos interesses do povo e do País.

2 Elaborada a Constituição na Assembleia Constituinte, o CDS e o PPD e outras forças reaccionárias, tentando evitar a sua promulgação, procuraram precipitar uma alteração na Presidência da República, com a esperança de que um outro Presidente a não promulgasse.

Sucessivamente, desenvolveram uma infame campanha contra o Presidente para provocar a sua demissão, exigiram a antecipação das eleições presidenciais, exigiram depois a simultaneidade das eleições presidenciais e das eleições para a Assembleia. Ao mesmo tempo, vendo-se incapazes de impedir que a Constituição fosse aprovada e promulgada, tudo fizeram para impor a possibilidade da sua revisão a curto prazo.

Como último recurso, coordenando a acção ilegal e terrorista com a acção legal, a reacção desenvolveu uma intensa actividade de conspiração, fazendo pairar longos meses a ameaça de um golpe de força.

Todas estas manobras e planos falharam. A Constituição foi aprovada e promulgada e entrou em vigor.

3 As eleições para a Assembleia da República, em aplicação da

Constituição, tiveram como resultado a derrota dos partidos reaccionários da direita (CDS, PPD e outros), um extraordinário sucesso do PCP e a formação de uma larga maioria de socialistas e comunistas na Assembleia.

A derrota do CDS e do PPD teve como imediatas repercussões a contenção da ofensiva contra-revolucionária e a consolidação das forças e posições democráticas e progressistas.

As grandes votações no PCP no Alentejo, Sul do Ribatejo e nos centros industriais desanimaram os ataques contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, criando novas e favoráveis condições para a defesa e prosseguimento destas grandes conquistas da revolução.

A eleição de uma larga maioria de socialistas e comunistas para a Assembleia criou condições básicas para a formação de um governo de esquerda na base dessa maioria.

4 As eleições presidenciais apareceram para as forças reaccionárias como a ocasião para recuperarem o terreno perdido nas eleições para a Assembleia da República.

Não tendo tido condições para apresentar um candidato seu, os partidos reaccionários, apoiando o candidato

sugerido por militares e apoiado pelo PS, procuraram alterar a arrumação das forças políticas e o significado das eleições legislativas. A reacção interna e o imperialismo procuram lançar a ideia de que a real maioria política existente no País é do PS com a direita. Procuram assim afirmar a existência duma maioria política presidencial (que realmente não existe com coligação de partidos) e transplantá-la para a Assembleia da República e para o governo a formar.

A direcção do PS, pela insistência no anticomunismo e pela convivência com o CDS e o PPD nas mesmas iniciativas da campanha eleitoral, anima as pretensões e exigências dos partidos reaccionários de direita.

Entretanto, os próprios resultados eleitorais mostram que, no seu conjunto, as forças da direita enfraqueceram as suas bases de apoio.

A política do PS de coligação com a direita (CDS e PPD) e com o patronato e os agrários (CIP e CAP) custou caro ao PS, tanto na sua própria organização e nos seus quadros, como na sua influência.

A campanha eleitoral, e as votações nas eleições presidenciais mostram, no essencial, a oposição crescente à reacção e a qualquer aliança do PS à direita.

II - A candidatura comunista

1 Tendo em conta que o Presidente da República é, ao mesmo tempo, o Presidente do Conselho da Revolução e o Chefe Supremo das Forças Armadas, o PCP pronunciou-se pela apresentação de um candidato militar que reunisse as seguintes condições: a) ser proposto ou ter o apoio do Conselho da Revolução; b) ter o apoio das estruturas fundamentais político-militares e militares; c) dar pessoalmente garantias de defender as liberdades e as outras conquistas da revolução cumprindo e fazendo cumprir a Constituição; d) poder ter o apoio dos partidos democráticos, designadamente o PCP, e do PS, para que fosse assegurada a necessária votação no acto eleitoral.

Tal possibilidade não se concretizou apesar dos esforços desenvolvidos pelo PCP, tanto pela acção política, como por numerosas diligências que efectuou.

O PCP teve assim que definir a sua posição em correspondência com a situação que se veio a criar.

2 Tendo sido apresentadas candidaturas de dois membros do Conselho da Revolução e tendo sido mesmo falado numa terceira, o PCP resolveu não apoiar, nem hostilizar qualquer dos candidatos.

Se o fizesse não contribuiria certamente para facilitar a aproximação, entendimento

e cooperação de todos quantos nas Forças Armadas, embora com pontos de vista diferentes, defendem o ideal libertador do 25 de Abril. Não contribuiria para a unidade das Forças Armadas na base do dever superior de respeitar a Constituição e defender a independência nacional.

Além disso e independentemente da opinião acerca da personalidade dos dois candidatos, as ambiguidades e desconhecimento dos apoios em relação a um deles e o apoio que foi dado a outro pelos partidos reaccionários (CDS e PPD), por grupos provocatórios neo-nazis (MRPP, AOC e PC de P (m.l.) e pelas organizações do grande patronato (CIP) e dos grandes agrários (CAP), criaria profundas reservas em amplos sectores da população, sobretudo nas classes trabalhadoras.

Na sua acção política, o PCP não se deixou influenciar pela pressão simultânea da direita reaccionária e dos aventureiros esquerdistas que queriam que o PCP passasse ao ataque aos candidatos militares, ao Conselho da Revolução e às Forças Armadas, para produzir uma ruptura e um conflito entre o PCP, o movimento operário e popular, dum lado, e a Presidência, o Conselho da Revolução e as Forças Armadas, do outro.

Uma tal ruptura apenas poderia servir os

interesses da reacção e o PCP, com a classe operária, tudo faz e tudo fará para não cair em tal armadilha.

Apesar das modificações verificadas na situação militar, a aliança do movimento popular com o MFA, ou, se se quiser, do povo com as Forças Armadas, continua a ser essencial para a defesa, consolidação e prosseguimento do processo democrático.

O PCP tudo fará para que se mantenha essa aliança a todos os níveis, incluindo ao nível dos órgãos do poder político-militar.

3 A candidatura do major Otelo S. de Carvalho não correspondeu aos interesses do processo democrático, na situação concreta existente.

Antes de mais, tratou-se da candidatura de um militar sem qualquer efectivo poder militar e que, nas condições actuais, não poderia ser eleito nem trazer qualquer solução aos problemas que defrontamos.

Tal candidatura aparecia tendo como finalidades e consequências:

a) estimular nas Forças Armadas conflitos e divisões que apenas poderiam facilitar novos avanços dos sectores reaccionários; b) dividir e desorientar sectores da classe operária e das massas populares acerca da situação política real e das perspectivas da democracia portuguesa; c) desorganizar em benefício de grupos e grupelhos

esquerdistas as formas provadas de organização da classe operária e das massas populares, designadamente, o Partido, os sindicatos, as comissões de trabalhadores e outras estruturas unitárias; d) reacender ilusões pseudo-revolucionárias que apenas poderiam e podem conduzir a novas derrotas.

O Comité Central considera justo que o PCP não só não tenha aprovado como tenha criticado essa candidatura, mostrando os objectivos divisionistas e anticomunistas da UDP e de outros grupos que a lançaram e prevenindo dos seus objectivos e consequências.

Os factos estão mostrando a justeza da posição do PCP e das suas advertências.

Os factos comprovaram a advertência do PCP de que a candidatura do major Otelo em nada contribuiria para dar qualquer saída à situação política, mas teria apenas como consequência tirar votos ao PCP e facilitar a formação de um governo de direita.

Os factos comprovaram a advertência do PCP de que os grupos divisionistas e aventureiristas que apoiaram a candidatura do major Otelo procurariam aproveitar a popularidade do major e uma grande votação para depois das eleições

procurarem lançar contra o PCP um novo partido esquerdista na base dos GDUPs.

Os factos comprovaram a advertência do PCP de que o major Otelo, aparecendo enganosamente como candidato militar com poder nas Forças Armadas, apareceria depois das eleições com a pretensão de ser chefe dum novo partido esquerdista.

É esclarecedor o regozijo com que as forças reaccionárias, designadamente o PPD no Comunicado do seu Secretariado Nacional, depois das eleições, saudaram e vitoriam a candidatura do major Otelo e as suas votações superiores às do candidato comunista.

As **ilusões de uma vitória** com a eleição do major Otelo, criadas demagogicamente, esvaíram-se como fumo com o resultado eleitoral. As finalidades e consequências apontadas pelo PCP tornam-se cada dia mais evidentes.

4 A apresentação de um candidato comunista tornou-se a única posição capaz de contribuir positivamente para a consolidação e prosseguimento do processo democrático.

É certo que o desenrolar das campanhas das várias candidaturas, incluindo a do candidato comunista, nem desvaneceu a inquietação acerca das candidaturas dos militares membros do Conselho da Revolução, nem desfez as ilusões largamente espalhadas acerca da candidatura do major Otelo. Tão-pouco se conseguiu uma elevada votação para o candidato comunista.

Entretanto, a não ser apresentada a candidatura comunista, o movimento operário e popular não teria tido a sua voz, independente e autónoma. Ter-se-ia colocado inteiramente a reboque dos militares, da pequena burguesia, de oportunistas de direita e esquerdistas. Não se tirariam os ensinamentos políticos indispensáveis para a continuação da luta operária e popular.

A **campanha do candidato comunista** permitiu levar a cabo um grande trabalho de esclarecimento, do próprio Partido, com os seus mais de 100 000 membros, e de amplos sectores da classe operária e da população.

Na batalha política efectuada, as explicações dadas acerca da situação política, da correlação de forças, das perspectivas reais de consolidação da democracia, da necessidade dum governo de esquerda, conseguiram manter a **coesão e a combatividade** do Partido e sectores mais próximos e estão a ser comprovadas pelos factos.

Esta campanha política já está dando e dará certamente os seus frutos. Ela constitui uma grande experiência e uma grande lição para os militantes, a classe operária e as massas.

O terreno que aparentemente o PCP perdeu será recuperado, e recuperado com juros.

5 Vários aspectos da candidatura comunista têm sido analisados e discutidos, tanto nos organismos centrais do PCP, como em organizações intermédias e de base.

Em face do resultado, tem-se posto várias interrogações acerca da natureza civil do candidato, dum eventual candidato não-comunista, do atraso da apresentação

do candidato, da decisão de ir às urnas, dum excesso de optimismo, etc.

Embora seja legítimo discutir estes aspectos, o Comité Central considera que as decisões tomadas foram aquelas que, nas condições extremamente complexas das eleições presidenciais melhor correspondiam à continuidade do processo democrático, à continuação da luta das massas populares em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, à defesa do Partido, da sua unidade e da sua futura acção.

Nos ataques à candidatura comunista, alguns que tanto falam em que os trabalhadores devem dirigir os próprios destinos, criticaram a candidatura comunista por não ser de pessoa com curso superior. O Comité Central salienta o sentido político, a capacidade, a diligência, a tenacidade, a combatividade do **candidato comunista**, camarada Octávio Pato, na realização da complexa tarefa que o Partido lhe confiou. A campanha confirmou inteiramente o **acerto da escolha** do Comité Central.

III - Os resultados eleitorais

1 As votações nas eleições presidenciais comprovam que as eleições presidenciais foram dominadas pela situação militar e por preocupações de ordem militar.

Salta à vista que não houve coincidência entre as votações dos candidatos e o eleitorado dos partidos e grupos que os apoiavam.

Os votos nos candidatos não corresponderam a uma arrumação do eleitorado nos partidos políticos.

Dada a natureza militar de três candidaturas, será difícil prever a evolução futura desse eleitorado.

Entretanto, numerosos factores indicam que enquanto os votos do PCP que se deslocaram nas eleições presidenciais se manterão de futuro no PCP, os votos do PS que se deslocaram serão em grande parte dificilmente recuperáveis por esse partido.

2 A primeira grande deslocação de votos foi de mais de um milhão de eleitores que tinham votado no PS, no PPD e no CDS, nas eleições para a Assembleia da República e que não votaram no General Eanes apoiado por estes três partidos.

Desse milhão de eleitores é de presumir que cerca de 700 000 (PS, PPD e CDS) tenham ido para o Almirante Pinheiro de Azevedo, cerca de 200 000 (sobretudo PS) para o major Otelo, e 100 000 para abstenções.

Estas deslocações tiveram duas causas diferentes e de certa forma contrárias.

Por um lado, a deslocação de votos CDS e PPD resultou do facto da insatisfação de muitos eleitores da direita que não viam no General Eanes o seu candidato, apesar de apoiado pelos partidos respectivos.

Por outro lado, a deslocação de votos do

PS resultou da inquietação ante a candidatura apoiada por este partido, com a convivência PS - PPD - CDS, grande capital e agrários, no apoio ao candidato, bem como pela conotação de direita reaccionária que tanto esta como a propaganda esquerdista insistentemente sublinharam.

Esta deslocação de eleitores do PS traduz uma efectiva deslocação para a esquerda. Se a direcção do PS insiste na sua política de efectiva aliança à direita, o PS dificilmente poderá recuperar essa parte do seu eleitorado.

3 A segunda grande deslocação de votos foi de cerca de 400 000 eleitores que tinham votado no PCP nas eleições para a Assembleia da República e que na sua maioria votaram no major Otelo.

Esta deslocação resultou principalmente dos seguintes factores:

a) da ideia, largamente espalhada, de que a vitória de Eanes significaria o fascismo e de que o perigo de uma ditadura só por meios militares poderia ser afastada e da ilusão de que o major Otelo poderia dispor de tais meios;

b) da ideia de que Octávio Pato, por ser comunista e por ser civil, não poderia em nenhum caso ser eleito Presidente, não poderia ser a alternativa de esquerda, enquanto que o major Otelo poderia sê-lo;

c) da ideia de que a candidatura do major Otelo era para ganhar a Presidência enquanto a de Octávio Pato não aparecia com um objectivo prático e útil de fácil compreensão;

d) da identificação do 25 de Abril com o major Otelo Saraiva de Carvalho e da ideia de que nas eleições se estava jogando o 25 de Abril contra a sua liquidação.

As falsas ideias largamente espalhadas,

tanto dum risco imediato de fascismo em resultado das eleições, como duma possível vitória e saída com o major Otelo incessantemente anunciada pela demagogia da sua campanha, influenciaram fortemente os resultados.

No fundamental, o PCP está confiante em que aqueles que votaram no PCP nas eleições para a Assembleia da República e votaram no major Otelo **continuarão a apoiar e a votar no PCP.**

A votação no major Otelo de forma alguma se pode identificar com uma votação nos grupos divisionistas e aventureiristas que o apoiaram.

O Comité Central verifica que a falta de previsão da votação no candidato comunista traduz uma deficiente avaliação do estado de espírito das massas e subjectivismo na apreciação da situação — factos que obrigam a medidas de melhoramento do trabalho de direcção e de organização.

4 Independentemente do significado negativo da candidatura do major Otelo, é de sublinhar que os resultados eleitorais, vistos no seu conjunto e compreendidos na evidente intenção dos eleitores, traduzem a deslocação para a esquerda de mais de 200 000 votos, uma vez que a soma de votos em Octávio Pato e Otelo excede nesse número a soma de votos recebidos nas eleições para a Assembleia da República pelos partidos e grupos que apoiaram essas candidaturas.

Dado que a votação nos candidatos à Presidência não significa uma arrumação partidária, esta deslocação para a esquerda pode vir a traduzir-se num futuro próximo, na aproximação e acção comum de trabalhadores comunistas, socialistas e de outras tendências.

5 As forças reaccionárias e os esquerdistas desenvolvem uma campanha coincidente proclamando que os resultados das eleições significam um grande enfraquecimento do PCP e da sua influência.

O Comité Central sublinha a necessidade de fazer frente com confiança a essa campanha que visa fomentar o desânimo dos trabalhadores e dos democratas, provocar a sua divisão e facilitar as ofensivas que a reacção prepara.

Que a reacção e os esquerdistas não tomem os seus desejos por realidades. **O PCP continua com a sua grande força organizada, com a sua dedicada militância, com a sua grande influência de massas.**

Findas as eleições, muitos dos que votaram no major Otelo vêem o grande logro em que caíram e muitos já abertamente o reconhecem. Os votos no major Otelo em nada fortaleceram a luta pela democracia e o socialismo. Mas os votos retirados ao candidato do PCP dão novos trunfos à reacção e podem facilitar no imediato a formação de um governo de direita.

O PCP preveniu desse resultado e as eleições constituem uma rica lição política de que os militantes, a classe operária e as massas populares tirarão as necessárias consequências.

As eleições presidenciais, embora os seus resultados representem um relativo insucesso eleitoral do PCP, não alteram a **importância e o papel do PCP** na construção da nova democracia portuguesa.

A intervenção do PCP na vida política, a todos os níveis, incluindo os órgãos governativos, continua a ser necessária e indispensável para a defesa e a construção da democracia, rumo ao socialismo.

IV - O PCP e os novos órgãos do poder

1 A estruturação do poder político nos termos da Constituição abre uma nova fase da vida democrática portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974. Depende em larga medida da composição, orientação e actividade dos órgãos do poder a consolidação e prosseguimento do processo democrático.

São de combater as posições e actividades daqueles que contestam o novo regime democrático e pretendem a sua liquidação.

Ao mesmo tempo que se combatem, como inimigo principal, as forças reaccionárias da direita que têm como objectivo a instauração duma nova ditadura, é necessário lutar contra as tendências esquerdistas e aventureiristas de sectores que insistem no verbalismo contestatário, em planos golpistas, na definição de reivindicações irrealistas e demagógicas e no recurso sistemático a formas agudas de luta, que, na situação concreta, apenas

podem reforçar as posições da reacção, pretextar restrições das liberdades e medidas repressivas contra o movimento operário e popular e abrir caminho para a acentuação duma política de direita e a instauração duma nova ditadura.

O PCP pronuncia-se decididamente pela **consolidação do novo regime democrático, pela aplicação da Constituição** e o respeito por ela.

Dentro desta linha fundamental de actuação, o PCP define a sua posição para com os órgãos do poder.

2 O Presidente da República, que acaba de ser eleito, exercerá, em virtude das funções que lhe cabem, importante papel e influência na vida política nacional.

Tendo tomado nota das declarações do General Eanes no sentido de **respeitar e fazer respeitar a Constituição**, o Comité Central do PCP declara que apoiará as decisões e atitudes que o novo Presidente tomar nesse sentido, designadamente

decisões e atitudes destinadas a defender e garantir as liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional e defender, consolidar e prosseguir as grandes conquistas e realizações da revolução portuguesa: a **Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário.**

Declarando apoiar decisões e atitudes nesse sentido, o PCP, no uso dos direitos e liberdades constitucionais, criticará ou opor-se-á a uma conduta e a uma política que, no seu entender, contrariasse a democratização da vida nacional e os interesses dos trabalhadores e do País.

O Comité Central declara que o PCP entende ser necessário, para o processo democrático, **prosseguir os contactos regulares e a cooperação**, sempre que possível, do movimento operário e popular e do PCP com os órgãos de poder político-militares, designadamente com o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

3 Na Assembleia da República, como resultado das eleições, existe uma maioria de socialistas e comunistas. Os resultados das eleições presidenciais não alteram nem corrigem o resultado das eleições para a Assembleia da República.

Na Assembleia da República **os 40 deputados comunistas**, fiéis ao mandato que receberam, defenderão firmemente os direitos dos trabalhadores e da população em geral.

Apesar das previsíveis dificuldades, os deputados comunistas procurarão sempre, em relação a questões concretas e no âmbito da competência da Assembleia, que sejam aprovadas leis e sejam tomadas outras decisões que correspondam aos interesses do povo e do país.

A maioria numérica de socialistas e comunistas pode converter-se, mediante acordo entre o PS e o PCP, numa **real maioria política** dando a base para a formação de um governo de esquerda.



4 A formação do novo governo é um dos problemas de maior importância política no próximo futuro.

A insistência dos dirigentes do PS em formar um governo do PS sozinho contraria as regras democráticas e não conseguirá dar solução aos problemas que o país defronta.

O PCP torna uma vez mais claro que **não apoiará um Governo PS sozinho**:

a) porque um tal governo será um governo minoritário que não tem em conta a vontade do povo expressa nas eleições para a Assembleia da República, que votou contra os partidos da direita reaccionária e deu aos partidos democráticos — PS e PCP — uma larga maioria dos lugares na Assembleia; b) porque um tal governo, apoiado pelo PPD ou pelo PPD e CDS, praticará inevitavelmente, qualquer que seja em palavras o seu programa, uma

política de direita, contrária aos interesses das classes trabalhadoras e aos interesses do país, uma política antioperária e antipopular, uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Os brutais aumentos dos preços e impostos recentemente propostos pelos ministros socialistas e aprovados, contra o voto comunista, no VI Governo Provisório, mostram claramente que o PS procura furtar o seu futuro governo à impopularidade de tais medidas e confirmam a orientação antipopular do PS em matéria económica e social.

A formar-se um tal governo PS, seguirá de facto uma política de direita, antioperária e antipopular, de recuperação capitalista, agrária e imperialista e provocará inevitavelmente a oposição e a resistência das massas populares.

A constituição do governo não significa

que os partidos que estão contra ele ou contra o seu programa tenham a obrigação de apoiar a sua política.

O PCP reserva-se o direito, que lhe confere a Constituição, e faz parte inerente da democracia, **de se opôr a um governo cuja política condene e de desenvolver a luta contra tal política e tal governo.**

O Comité Central do PCP alerta contra os projectos da formação dum maioria e dum governo PS-PPD-CDS, que as forças reaccionárias e o imperialismo estrangeiro procuram preparar. Um tal governo, que alguns intitulam de «salvação nacional» seria um governo, não apenas de direita, mas um governo reaccionário que haveria que combater energicamente.

5 O Comité Central do PCP insiste em que **apenas um governo de esquerda com participação comunista** estará em

condições de adoptar e aplicar uma política que responda aos interesses dos trabalhadores e de toda a população e resolva com êxito os graves problemas políticos, económicos e sociais, que Portugal defronta no momento presente.

Apesar das sucessivas recusas dos dirigentes do PS, **o PCP mantém em aberto as suas propostas** no sentido dum exame conjunto com o PS de todos os problemas relativos à formação dum governo de esquerda.

A análise da situação económica, social e política leva à conclusão de que, mesmo que se forme no imediato um governo sem comunistas, o prosseguimento do processo democrático virá a **pôr na ordem do dia, dentro dum prazo relativamente curto, a participação do PCP no governo** para poderem ser resolvidos os problemas nacionais.

V - Por uma política democrática

1 A construção do novo regime democrático insere-se na continuidade do processo revolucionário.

Se a entrada em vigor da Constituição e a formação dos novos órgãos do poder (Assembleia da República, Presidência da República e Governo) pode significar um novo passo para a consolidação das liberdades e da democracia, não é menos certo que persistem ainda o jogo de **forças e factores de instabilidade**.

O PCP pronuncia-se firmemente pela consolidação do novo regime democrático e contra quaisquer tentativas das forças da reacção (convergindo com provocações esquerdistas pseudo-revolucionárias) para desestabilizar a situação e pôr em causa a própria democracia.

A **estabilidade democrática** não pode, porém, ser compreendida como a imposição por um governo de direita de qualquer programa governativo de liquidação dos êxitos e realizações da revolução portuguesa. Tal programa, tanto no plano político, como nos planos económico e social, é que seria efectivamente um programa de desestabilização.

Um governo de esquerda com participação comunista será aquele que estará em melhores condições para defender e garantir a estabilidade do novo regime democrático. A estabilidade defende-se defendendo **as liberdades e as outras conquistas da revolução** e assegurando uma política de independência nacional.

2 A defesa e o respeito pelas liberdades é uma característica essencial do novo regime democrático.

A liberdade de constituição e actividade dos partidos políticos, a liberdade de associação em geral, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e de manifestação, a liberdade sindical e o direito à greve, constituem parte integrante do regime democrático e devem ser intransigentemente defendidos e assegurados.

O **exercício das liberdades e direitos** não pode confundir-se com o uso abusivo que fascistas e outros reaccionários fazem das liberdades e direitos conferidos pela Constituição para ferirem, lesarem e limitarem gravemente as liberdades e direitos de outros cidadãos.

O Comité Central do PCP chama particularmente a atenção para a **utilização**

da imprensa para o lançamento das calúnias e injúrias mais vis, ante a cumplicidade de tribunais.

O PCP pronuncia-se, uma vez mais, pelas mais amplas liberdades e pela responsabilidade e responsabilização.

A impunidade na prática de violências, assaltos, atentados bombistas, não é compatível com a vida democrática. O Comité Central chama uma vez mais a atenção para a necessidade de serem tomadas severas medidas contra as **organizações e actividades terroristas**, punindo os responsáveis.

O regime democrático consagrado na Constituição é para toda a República Portuguesa e não de âmbito regional.

Em todo o território nacional deve ser assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

A aproximação de novas eleições — para as **autarquias** — exige que sejam a tempo tomadas medidas para que se possam realizar em condições de democracia em todo o território.

Um teste do novo regime será a sua capacidade para assegurar aos cidadãos, em todos os distritos e localidades sem excepção, as práticas democráticas reconhecidas na Constituição da República.

Um governo do PS com apoio da direita, voltado para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e para a recuperação capitalista e agrária, seria conduzido, pela lógica da sua própria política, a medidas restritivas das liberdades e medidas de repressão.

Só **um governo de esquerda**, com participação comunista, estará em condições de assegurar as liberdades e direitos de todos os cidadãos.

3 A democracia só poderá ser construída se forem defendidas, consolidadas e prosseguidas as outras grandes conquistas da revolução.

As **nacionalizações** significaram a liquidação do capitalismo monopolista nos sectores básicos da economia portuguesa. A defesa, equilíbrio, produção e rentabilidade do sector público é um factor decisivo para manter e concretizar uma perspectiva socialista.

Não se pode aceitar que de forma directa ou indirecta se verifique a recuperação pelo capital privado dos sectores nacionalizados.

A **reforma agrária** arrancou uma parte considerável da agricultura portuguesa do domínio dos grandes agrários e iniciou uma nova agricultura libertada da exploração,

progressista, voltada para o aumento da produção e o desenvolvimento, dinamizada pelo entusiasmo, o sacrifício, o espírito criador dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores.

Não se pode aceitar que de forma directa ou indirecta se verifique a recuperação pelos agrários das terras em que hoje se desenvolvem as cooperativas e unidades colectivas de produção.

O **controlo operário** e a gestão pelos trabalhadores permitiram manter em funcionamento numerosas empresas, impedir a total desorganização da nossa economia e salvá-la da bancarrota.

Não se pode aceitar que de forma directa ou indirecta o controlo operário seja liquidado em empresas onde presentemente se exerça.

Um governo do PS com apoio da direita, mesmo que, por conveniência oportunista, não declare frontalmente querer destruir a reforma agrária, as nacionalizações e o controlo operário, procurará fazê-lo através de regulamentações, reorganizações e medidas de carácter tecnocrático e do que chamará a "reparação de injustiça".

Só **um governo de esquerda**, com participação comunista, estará em condições de defender eficazmente a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo operário e as outras conquistas da revolução.

4 A estabilização económica e uma política de desenvolvimento devem fazer-se com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores.

Em resultado, por um lado, da **sabotagem e da actuação do grande capital, dos agrários e do imperialismo estrangeiro** para afogarem economicamente a nossa jovem democracia, e, por outro lado, da desastrosa política PS-PPD no governo, a situação económica e financeira de Portugal é realmente grave.

Aqueles mesmos que são altamente responsáveis pelo agravamento da situação económica, pelo aumento dos défices nas empresas, no orçamento do Estado, na balança comercial e de pagamentos, procuram agora apresentar a situação económica como desastrosa e caótica, para imporem o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e justificar a recuperação capitalista, o endividamento ao estrangeiro, a entrega de novos sectores da nossa economia ao imperialismo.

Um governo do PS com o apoio da direita procurará inevitavelmente alcançar a estabilização económica e financeira à custa dos trabalhadores, tendo como objectivo da sua política "ganhar a confiança" dos capitalistas e dos imperialistas e assegurar-lhes maiores lucros, com a justificação de ser o único caminho para a reactivação económica e os investimentos.

Só **um governo de esquerda**, com participação comunista, estará em condições de definir uma política de reanimação económica, equilíbrio financeiro e desenvolvimento assente nas conquistas da revolução e no interesse, no trabalho e na dedicação das classes trabalhadoras.

5 A defesa dos interesses dos trabalhadores é parte integrante da democratização da vida nacional.

Uma solução democrática para os problemas económicos e financeiros tem de ter sempre em conta o nível de vida da classe operária e das classes laboriosas, fazendo pagar o maior preço das dificuldades a quem mais recursos tem.

Ao mesmo tempo que chama a atenção para o lançamento por grupos pseudo-revolucionários de reivindicações irrealistas e demagógicas e para os perigos de formas de luta inadequadas, o PCP opõe-se a uma política de **agravamento das condições de vida** das classes trabalhadoras e está e estará à frente da luta da classe operária e das massas populares pelas suas justas reivindicações.

Ao mesmo tempo que defende a necessidade dum política de austeridade para a estabilização económica e financeira, o PCP insiste em que a austeridade deve começar pelas classes parasitárias e pelos consumos supérfluos e de luxo.

O PCP condena a **improvisação** e a **leviandade** com que são tomadas medidas de restrição de consumos (como é o caso do corte da corrente eléctrica), causando pesadas perdas às actividades económicas nacionais e graves transtornos aos trabalhadores e à população.

O PCP condena severamente que se exijam **sacrifícios aos trabalhadores**, como os que decorrem dos aumentos de preços e impostos recentemente decretados pelo VI Governo, e ao mesmo tempo se permitam os gastos sumptuários da alta burguesia, se paguem indemnizações a milionários e subsídios a

fascistas saneados, e sejam pedidos, pelo PS e partidos da direita, subsídios para os deputados que ultrapassam os 20 contos mensais.

A **acção unida e combativa** de todos os trabalhadores é essencial para fazer frente ao súbito agravamento das suas condições de vida resultantes das recentes medidas tomadas pelo VI Governo e para contrariar a política antioperária e antipopular que elas anunciam.

Um governo do PS, com apoio da direita, orientado para uma política de protecção aos interesses do capital e dos agrários e de reanimação económica na base da dinâmica capitalista, significará inevitavelmente o congelamento de salários e da contratação colectiva, o aumento dos preços e dos impostos, sou seja o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e das grandes massas da população.

Só **um governo de esquerda**, com participação comunista, estará em condições de assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas.

6 A construção da democracia rumo ao socialismo é inseparável duma política de independência nacional.

Os órgãos do poder da nova democracia portuguesa têm como obrigação capital assegurar que **sejam os portugueses a decidir** da sua própria política, da utilização dos seus próprios recursos, das soluções para os seus próprios problemas e da composição e orientação dos seus órgãos de soberania.

Vigorosamente oposto a qualquer intervenção estrangeira na política interna portuguesa, o PCP defende uma política externa e de relações de **amizade e cooperação** com todos os povos e Estados.

Para que a democracia portuguesa possa sobreviver e prosseguir, tem de saber resistir às pressões, intervenções e ingerências do imperialismo.

O PCP não se opõe, antes defende, estreitas relações com os países capitalistas europeus, designadamente com os do **Mercado Comum**.

Alerta entretanto contra quaisquer projectos de integração no Mercado Comum que seria ruína para a economia portuguesa e para a independência nacional. Nas suas relações com o Mercado Comum não só é de pretender um estatuto especial, como é de exigir intransigentemente, tal como nas relações com quaisquer outros Estados, que sejam rigorosamente respeitados os princípios da igualdade, do respeito pela independência da reciprocidade de interesses e da não ingerência nas questões internas.

Mantendo-se em elevado nível as

relações com os Estados capitalistas, a defesa da independência nacional e os interesses nacionais exigem que se desenvolvam largamente as relações com os **países socialistas** e com os **novos Estados** criados nos países outrora submetidos ao colonialismo português, assim como os países do chamado **"Terceiro Mundo"**.

Um governo do PS, com apoio da direita, não poderá assegurar uma tal política de independência nacional. Tenderá a submeter-se aos interesses do imperialismo estrangeiro ligado ao grande capital português e a aceitar, a par das pressões e chantagens económicas, a continuação das ingerências de carácter político.

Só **um governo de esquerda**, com participação comunista, estará em condições de assegurar uma política de verdadeira independência nacional.

VI - Unidade, organização e acção de massas

1 A construção da democracia na perspectiva do socialismo e a previsível evolução da situação, com a formação de um governo com uma política antioperária e antipopular obriga a um grande esforço para a unidade, organização e acção da classe operária e das massas populares.

Tanto a direita reaccionária como os esquerdistas procuram desorganizar e dividir o movimento operário e popular e arrastá-lo a posições e formas de luta extremistas que não conduziram à vitória, mas a insucessos e derrotas.

O Comité Central adverte contra uma **falsa avaliação** da situação política e da correlação de forças e contra ilusões acerca dum próximo reacender de formas superiores de luta revolucionária, que a demagogia esquerdista procura espalhar e a direita não deixará de estimular para depois ter pretextos para medidas repressivas e golpes de força.

A justa definição dos objectivos da luta concreta e imediata e das formas de organização e de luta é uma tarefa de primeiro plano na actual situação.

2 O Comité Central do PCP salienta a importância determinante do movimento operário e popular em todo o processo democrático.

O movimento operário e popular é um movimento **autónomo**, independente, com a sua história, a sua dinâmica, a sua experiência e os seus quadros. O movimento operário e popular não tem qualquer grau de subordinação às Forças Armadas nem tem que aceitar qualquer liderança militar.

A **unidade da classe operária** é um factor decisivo da sua força revolucionária, da sua capacidade para fazer frente aos seus inimigos, para defender os seus interesses de classe e as conquistas da revolução, para desempenhar o seu papel de vanguarda na construção da democracia portuguesa.

O PCP defende firme e consequentemente a **unidade** de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas concepções políticas ou crenças religiosas.

O **reforço do movimento sindical**, na actual situação política, adquire particular importância. Na perspectiva do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e duma política de protecção e de recuperação do capital e dos agrários, as forças reaccionárias e oportunistas desenvolvem intensa actividade para dividir e desorganizar o movimento sindical, particularmente a Intersindical, a fim de enfraquecerem a capacidade de resistência dos trabalhadores.

O Comité Central do PCP chama a atenção de todas as organizações do Partido para o reforço do trabalho sindical, ao nível confederativo e federativo, bem como nas classes e empresas.

A realização do **Congresso Sindical**, promovido pela Intersindical, numa ampla base democrática e unitária e organizado por uma comissão largamente representativa do movimento sindical, poderá e deverá ser um elemento de consolidação do movimento e da sua unidade.

A **dinamização das organizações unitárias de base** (Comissões de

Trabalhadores, Comissões de Moradores, Assembleias Populares e outras) é também uma tarefa de primeiro plano na situação actual. O Comité Central chama a atenção para um certo enfraquecimento da actividade de militantes e organizações em estruturas populares de base.

O desenvolvimento das **Ligas Camponesas** e de **movimentos de defesa de pequenos e médios agricultores** (rendeiros, foreiros e outros) assim como da organização dos **pequenos e médios comerciantes e industriais**, de técnicos, das populações, de todas as camadas médias, assim como da organização dos **jovens e das mulheres**, torna-se mais imperioso, se for formado um governo com uma política de direita.

3 O PCP continuará infatigavelmente a luta pela aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas, a todos os níveis.

Apesar do prosseguimento do anticomunismo de dirigentes do PS e das suas recusas a um entendimento com o PCP, numerosas organizações e militantes do PS manifestam-se abertamente contra alianças do seu partido com o PPD e o CDS e pela **cooperação e unidade com os comunistas** e democratas de outras tendências.

Se, contra a movimentação para a esquerda de muitos dos seus militantes, simpatizantes e eleitores, a direcção do PS insiste em voltar-se para alianças com a direita e a negar a aliança à esquerda, o PS correrá o risco de perdas reais nos seus efectivos e influência, e verá diminuído o seu papel na vida política portuguesa.

O PCP dá a todas as suas organizações e militantes a **mais ampla iniciativa** no sentido do entendimento e unidade com os trabalhadores socialistas assim como com democratas de quaisquer outras tendências que, pela sua parte, estejam dispostos a cooperar com os comunistas.

4 As eleições para a Presidência da República mostram a necessidade de intensificar e tornar mais incisiva, permanente e combativa a batalha ideológica.

A batalha ideológica tem de ser conduzida simultaneamente em duas frentes: contra a ideologia fascista, reaccionária, conservadora e oportunista de direita, e contra o verbalismo pseudo-revolucionário, o aventureirismo e o golpismo esquerdistas.

O combate à ideologia fascista, que se expressa tanto por parte de forças e meios de informação declaradamente reaccionários como por sectores que pretendem encobrir-se com uma capa democrática e que envenena a opinião pública tem de adquirir grande firmeza e vigor.

Da mesma forma impõe-se o desmascaramento da ideologia social-democrata que, na situação actual, defende um retrocesso do processo democrático e uma recuperação capitalista, agrária e imperialista, que a ser levada a cabo, conduziria à liquidação da revolução portuguesa.

5 O Comité Central chama a atenção para os perigos do caudilhismo e do aventureirismo esquerdista.

As eleições presidenciais confirmaram os perigos das ilusões, das promessas e da **demagogia esquerdista** pseudo-revolucionária.

Essas ilusões, promessas e demagogia provocam **divisões** nos trabalhadores, procuram atirar os trabalhadores e as massas para formas de luta que os condenariam a **derrota** e têm como objectivo real o ataque contra o PCP, que só à reacção pode aproveitar. Durante a campanha, com o objectivo de enganar os trabalhadores e de ganhar votos, os esquerdistas procuraram manter escondidos o seu anticomunismo e o seu ódio ao PCP. Agora, tendo conseguido iludir muitos eleitores, revelam cada vez mais claramente os seus sentimentos e os seus objectivos.

A plataforma política do major Otelo e dos esquerdistas, exposta já depois das eleições, é a insistência no radicalismo verbal pseudo-revolucionário que tanto mal causou à revolução portuguesa antes de 25 de Novembro, contribuindo para divisões e conflitos no MFA, para a inoperância de forças revolucionárias militares e civis, para o aventureirismo, que têm responsabilidades históricas na derrota da Esquerda militar.

Se tal orientação e actividade se revelaram incapazes, impotentes e prejudiciais, quando o major Otelo era o chefe militar que tinha poderosas forças sob o seu comando, na situação actual essa orientação e actividade serão ainda mais inoperantes, e apenas poderão contribuir, pela acção divisionista e em alguns casos objectivamente provocatória, assim como actividades golpistas, para conduzir os trabalhadores a novas derrotas e a facilitar novas ofensivas da direita reaccionária, tanto nas Forças Armadas como contra o movimento operário e popular.

O Comité Central chama a atenção para o **recrudescimento das actividades esquerdistas e tendências golpistas**.

O Comité Central alerta contra o **caudilhismo** e a teoria dos **homens presidenciais** e dos **salvadores**.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que os chamados GDUPs, que procuram apresentar-se como "frente de massas" para mais facilmente encobrirem os seus objectivos divisionistas, não são um instrumento de unidade dos trabalhadores, mas um instrumento para a sua divisão, para o combate ao PCP, para tentar o comando das organizações populares, e empurrá-las para o aventureirismo, o que se traduz no enfraquecimento do movimento operário e popular.

O combate político e ideológico contra o esquerdismo é condição essencial para se **fazer frente com sucesso à direita reaccionária** e se reforçar e desenvolver a luta operária e popular.

6 O reforço do PCP é factor indispensável para a defesa, consolidação e prosseguimento do processo democrático.

A campanha da candidatura comunista à Presidência da República revelou-se como um instrumento político do mais alto valor para o **reforço da unidade do Partido** e para a elevação da sua consciencialização política.

Na complexa situação que se atravessa e dadas as características específicas das

eleições para a Presidência da República, era impossível apoiar qualquer dos outros candidatos.

A não ter sido apresentada uma candidatura comunista, o próprio Partido ficaria desorientado, sem perspectivas de acção política no quadro da campanha e sujeito às mais diversas pressões políticas e ideológicas.

A campanha permitiu solidificar o Partido numa dura prova da batalha política, nas mais complexas condições e foi, em si, um **grande acção política de massas**.

Os esclarecimentos feitos acerca da situação política e da sua evolução, a justeza das prevenções e advertências que os factos começam a comprovar, constituem um valioso capital político que, num curto prazo, não só permitirá recuperar sectores que se desorientaram na complexa situação vivida, como alargará a influência e autoridade do PCP.

Examinando a conduta e atitude dos membros do Partido na campanha eleitoral, o Comité Central verifica que no geral as organizações e militantes do Partido corresponderam às exigências da situação e travaram a **difícil batalha contra a corrente** com coragem, tenacidade, confiança e dedicação.

Em relação a casos em que membros e simpatizantes do Partido não seguiram a orientação traçada pelo Partido, muitos desses camaradas, vendo agora as ilusões e o logro em que caíram, reconhecem o seu engano por não terem votado no candidato comunista. Muitos simpatizantes procuram o Partido para afirmar que, não tendo votado no candidato comunista, **continuarão ao lado do Partido**.

O Comité Central indica às organizações regionais, locais e de base a necessidade de não tomar quaisquer precipitadas medidas administrativas para com esses camaradas e amigos. A tarefa é discutir nas organizações, discutir fraternalmente com todos os camaradas a situação e tirar as lições indispensáveis.

O PCP tem de estar prevenido contra uma violenta ofensiva da reacção, conjugada com o esquerdismo, para diminuir ao mínimo as posições, a influência e a possibilidade de intervenção na vida política.

Nesse combate contra o Partido veremos aliar-se os fascistas, os reaccionários, os provocadores neo-nazis, os conservadores, a social-democracia e os esquerdistas pseudo-revolucionários.

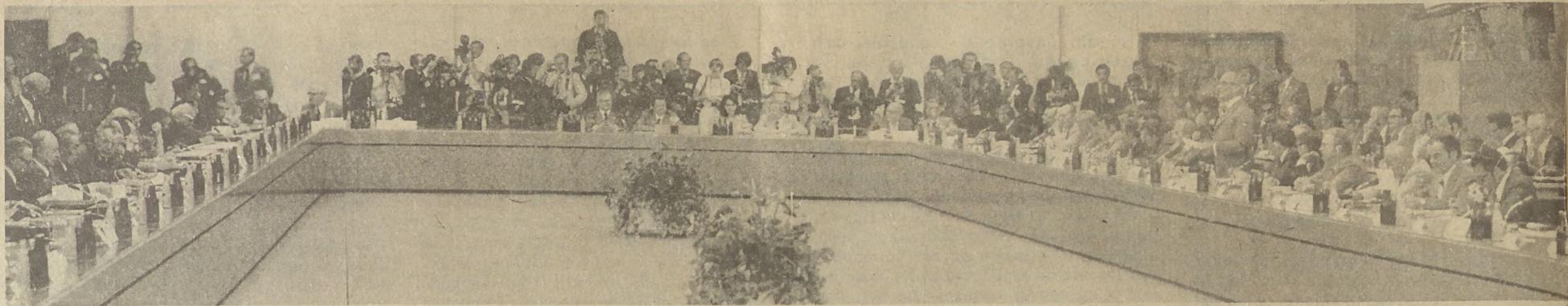
Nada de estranhar que, na luta pelo PCP, venham a aliar-se directamente a direita e esquerdistas que combatem.

O reforço político, ideológico e organizativo do Partido é indispensável para a defesa e consolidação de todas as **conquistas da revolução**, para a **construção da democracia**.

Depois das eleições presidenciais, como antes das eleições presidenciais, os interesses dos trabalhadores só podem ser eficazmente defendidos, e a democracia só pode ser defendida, consolidada e prosseguida com o PCP e nunca contra o PCP.

Lisboa, 5 de Julho de 1976

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS



CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA

Concluída a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa realizada em Berlim é particularmente significativo fazer uma curta análise das reacções dos meios políticos dos países capitalistas e da imprensa a eles ligada acerca do que se passou na capital da República Democrática Alemã.

Um muito significativo silêncio ou, pelo menos, uma curiosa discrição caracterizou as reacções dos meios políticos ditos ocidentais. As razões são claras. A Conferência realizada em Berlim constituiu um importante passo contra a ofensiva generalizada dos meios imperialistas e reacção no sentido de transformarem as divergências existentes entre partidos irmãos e até as normais diferenças entre as linhas políticas de cada Partido comunista em cisões e conflitos que pudessem enfraquecer a frente organizada que se opõe vitoriosamente aos regimes de

com vista a enfraquecerem a luta das classes trabalhadoras contra a exploração mediante a desorientação e divisão dos seus partidos de vanguarda.

Papel importante nesta ofensiva da burguesia desempenha a exploração de sentimentos chauvinistas e a hipertrofia das características próprias de cada país que, naturalmente, condicionam a prática revolucionária das respectivas classes operárias. Tal hipertrofia, valorizando erradamente os aspectos particulares de cada país em prejuízo das leis gerais do processo revolucionário, priva a classe operária da experiência e dos ensinamentos de outros povos e pode inclusivamente levar a posições que prejudicam as manifestações de classe do internacionalismo proletário, com graves consequências seja para a acção específica em cada país, seja na defesa das conquistas mundiais já alcançadas pelos trabalhadores, nomeadamente a defesa dos países socialistas

categoricamente que a política de coexistência pacífica, a cooperação activa entre Estados independentemente do seu sistema social e o desanuviamento internacional correspondem tanto aos interesses de cada povo como à causa do progresso de toda a humanidade e de maneira nenhuma significam o statu quo político e social dos diferentes países, mas, pelo contrário, criam as melhores condições para o

tipo de análise cara aos comentaristas da burguesia que se esforçam permanentemente por colocar a acção e a teoria dos partidos da classe operária dentro dos esquemas ideológicos da burguesia, seja aqueles que ela efectivamente utiliza, seja os que constrói para fins de propaganda.

O internacionalismo proletário é qualquer coisa que um comentarista burguês jamais poderá sequer

mo e nas suas leis que determina a unidade do movimento comunista internacional tal como determina as diferenças tácticas de cada partido escapar por completo a tais "divulgadores" que a substituem pelo "monolitismo" e pela "dependência" a que estão habituados nas relações entre os diversos patrões que servem.

Quando — como aconteceu em Berlim — a própria evolução favorável da relação de forças a nível internacional, o reforço das posições do campo socialista e das forças democráticas em todo o mundo, permite alargar ainda mais o campo de acção de cada Partido comunista e do movimento comunista internacional, uma vez que está conquistada a base essencial cuja defesa se continua a considerar prioritária — então as colunas dos jornais da burguesia enchem-se com esforços de adaptação das realidades aos edifícios da sua própria propaganda.

Os "monolitismos", as "dependências" não desapareceram em Berlim pela muito suficiente razão que jamais tinham existido.

A "independência" não surgiu em Berlim pela muito suficiente razão de que sempre

existiu.

Conforme claramente se assinala no documento final de Berlim, a conferência atingiu os seus objectivos de encontrar uma plataforma comum em torno de problemas essenciais para os povos de todo o

mundo. As posições específicas de cada Partido, — inclusivamente sobre o próprio texto do documento — foram publicamente afirmadas no decorrer da própria conferência que pôde assim constituir um exemplo conciso

das possibilidades concretas de defesa e fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional na base dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Do nosso enviado especial RUBEN DE CARVALHO

desenvolvimento da luta da classe operária e de todas as forças democráticas pela aplicação do direito inalterável de cada povo a escolher e adoptar livremente a sua própria via de desenvolvimento, pela luta contra a dominação dos monopólios, pelo socialismo".

Face à clareza destas afirmações que não foram prejudicadas pelas diferenças existentes entre as posições dos diversos partidos, compreende-se naturalmente que os meios políticos do imperialismo tenham preferido silenciar a realização de um encontro que assinala na generalidade a inoperância da ofensiva lançada contra a unidade do movimento comunista internacional.

A imprensa "ocidental" especulou na generalidade o que pôde. O mais interessante terá sido a sua "análise" de que o encontro de Berlim teria assinalado o fim de um coisa que só existia para essa mesma imprensa... Foi, efectivamente uma tónica de todos os "comentaristas" o facto de a conferência ter marcado a "independência" dos partidos comunistas em relação ao PCUS, ter marcado o fim de um monolitismo político em benefício de uma individualização de cada partido.

Este tipo de afirmações, é o

compreender. As reacções entre povos e países não as pode ele compreender senão através dos prismas das relações de dominação e exploração ditadas pelo imperialismo.

A importância do campo socialista e muito especialmente da União Soviética no contexto geral da acção das forças revolucionárias, os laços de solidariedade que unem os proletários de todo o mundo, travem a sua luta contra governos reacccionários, travem-na no poder construindo o socialismo é qualquer coisa que escapa por completo aos analistas burgueses que para explicarem o que não conseguem compreender têm a necessidade de inventar "teorias" à luz dos seus próprios princípios: é assim que o internacionalismo proletário e a solidariedade recíproca entre os trabalhadores e partidos dos países socialistas e dos países capitalistas não pode ser visto por eles senão através dos mesmos critérios que regem as relações entre governos capitalistas, através das situações engendradas pelas contradições da burguesia face às classes trabalhadoras e entre ela própria.

A análise política científica baseada no marxismo-leninismo

A 30 de Junho, o secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, Leonidas I. Brejnev encontrou-se em Berlim com o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal.

Durante o encontro que decorreu em ambiente de amizade fraternal, cordialidade e completa unidade de pontos de vista, os camaradas L.I. Brejnev e Álvaro Cunhal trocaram opiniões sobre problemas de interesse comum para o PCP e o PCUS.

No encontro participaram o candidato a membro do Bureau Político e secretário do CC do PCUS B.N. Ponomarev e o candidato a membro do CC V.Z. Zagladin.

exploração e de opressão dos monopólios.

Neste aspecto é possível afirmar-se que a política reacçãoária se desenvolve em duas frentes: por um lado, contra o estabelecimento e fortalecimento de relações pacíficas entre os povos, contra os esforços para assegurar a paz e o desarmamento em todo o mundo. A política de coexistência pacífica constitui, na realidade, uma importante vitória das forças progressistas e especialmente dos países socialistas. A natureza agressiva do imperialismo, a necessidade vital para o imperialismo da existência de conflitos — seja para assegurar a sua dominação sobre os povos, seja para proporcionar lucros aos seus complexos industriais — defronta hoje as vitórias que lhe impuseram passos importantes no sentido da resolução pacífica dos diferendos, que incrementam as relações entre os povos com sistemas sociais diferentes, o que afecta gravemente a estratégia imperialista e só se torna possível pela nova relação de forças a nível internacional fruto das vitórias obtidas pelas forças progressistas em todo o mundo.

A unidade dos partidos comunistas e operários na defesa dos princípios da coexistência pacífica, da paz e da cooperação significa assim que a poderosa força do movimento comunista internacional continuará sem desânimo a sua luta por uma paz que constitui para o imperialismo uma derrota. Neste capítulo, as vanguardas organizadas das classes trabalhadoras de todos os países da Europa manifestaram a sua concordância, reiterando a sua adesão aos passos decisivos já dados, muito nomeadamente a Conferência de Helsinquia.

Na frente do ataque à coexistência pacífica, na frente em que tenta dividir as forças que mais consequentemente lhe impõem a paz e a cooperação, a Conferência foi assim uma derrota para o imperialismo.

Festa a segunda frente: o esforço das forças reacçãoárias para, impotentes para detêrem o poderoso e crescente movimento de defesa da paz, tentarem adular essa aspiração dos povos e os passos por eles dados no sentido de obterem uma "trégua" social e política em cada um dos seus países

em que a classe operária iniciou e prossegue uma política decididamente orientada interna e externamente, pelos princípios revolucionários do proletariado.

Ora, o documento final aprovado em Berlim afirma muito claramente:

"Os participantes na Conferência declaram



Os camaradas Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, e Erich Honecker, secretário-geral do PSUA simbolizam nesta saudação os laços de profunda amizade que ligam os povos da União Soviética e da RDA.



Um diálogo entre os camaradas Josip Broz Tito, Presidente da República Socialista da Jugoslávia e Erich Honecker, secretário-geral do PSUA (RDA)



Os camaradas Álvaro Cunhal e Harilaos Florakis, primeiro-secretário do Partido Comunista Grego

«PELA PAZ, A SEGURANÇA, A COOPERAÇÃO E O PROGRESSO SOCIAL NA EUROPA»

A Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa aprovou um extenso documento intitulado "Pela paz, a segurança, a cooperação e o progresso social na Europa" e que será brevemente editado pelo PCP na sua versão portuguesa. A declaração divide-se em quatro capítulos: "Aprofundar o processo de desanuviamento para levar à prática medidas eficazes a favor do desarmamento e do reforço da segurança na Europa", "Eliminar o fascismo, defender a democracia e a independência nacional", "Pelos desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa para uma melhor compreensão entre os povos", "Pela paz, a segurança, a cooperação, a independência nacional e o progresso social em todo o mundo".

Portugal e a sua revolução são abordados duas vezes no documento nas passagens que a seguir transcrevemos:

Na Europa Ocidental, a luta democrática e antifascista da classe operária, das massas populares atingiu hoje uma nova etapa. O regime fascista foi derrubado em Portugal. Neste país desenvolve-se a luta por profundas transformações democráticas e sociais. Na Grécia a ditadura fascista desmoronou-se. Em Espanha, a monarquia, herdeira do último bastião do fascismo na Europa, tenta perpetuar o franquismo contra a crescente oposição unitária de todas as forças antifascistas. O movimento dos trabalhadores e das forças progressistas que aspiram a impor modificações democráticas em todos os domínios da vida económica, social e política alargou-se em toda a Europa capitalista.

Os participantes na Conferência saúdam a histórica vitória do povo vietnamita, as vitórias dos povos do Laos e de Camboja contra os agressores imperialistas e contra a reacção interna. Estas vitórias são acontecimentos de importância mundial: provam que nenhuma força é capaz de quebrar a vontade dos povos desejosos de lutar pela liberdade e pela independência.

O fim da guerra colonial portuguesa e o acesso à independência nacional dos povos da Guiné-Bissau, de Moçambique, de S. Tomé, das ilhas de Cabo Verde e de Angola, que aproximam do seu fim os regimes racistas da África Austral, bem como a luta de todos os outros movimentos de libertação pela eliminação total do colonialismo constituem uma contribuição importante para a causa da paz e da segurança.

Os participantes na Conferência saúdam o desenvolvimento progressista do novo Portugal libertado do fascismo em 25 de Abril de 1974. Apoiam todos os passos no sentido da unidade de acção dos comunistas, dos socialistas, do Movimento das Forças Armadas, de todas as forças democráticas que prossigam o objectivo, hoje consignado na Constituição, de construir um Portugal democrático e independente a caminho do socialismo. Manifestando a sua solidariedade para com os comunistas e todos os democratas portugueses que defendem a liberdade e o progresso contra o perigo da reacção e do fascismo, pronunciam-se vigorosamente contra qualquer ingerência estrangeira nos assuntos do povo português.

ÁLVARO CUNHAL

O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista

1ª edição 25.000
2ª edição 10.000 exemplares

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista confirmou, na nova situação política, o seu papel negativo e nocivo.

A luta ideológica e política contra o radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista não terminou com o derrubamento da ditadura. O trabalho de Álvaro Cunhal, agora de novo à venda, constitui uma contribuição para essa luta.

DISTRIBUIÇÃO

CDL — Centro Distribuidor Livreiro
Av. Santos Dumont, 57C-Lisboa 1

À VENDA NAS LIVRARIAS

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM BERLIM

Camaradas:

O Partido Comunista Português considera da mais alta importância a realização desta Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa.

Os trabalhos preparatórios, nos quais o nosso Partido interveio activamente, permitiram uma discussão aprofundada, uma aproximação dos pontos de vista e o estabelecimento de bases mais sólidas para a cooperação entre os nossos partidos na luta pela paz, a segurança, a cooperação e o progresso social na Europa.

O projecto de documento submetido à Conferência conta com a nossa aprovação, porque é resultado do encontro de opiniões de todos os partidos e é fruto do trabalho colectivo, em que também activamente participámos.

Estamos certos de que a realização desta Conferência terá repercussões altamente favoráveis para o estreitamento dos laços de amizade e cooperação dos partidos comunistas e operários da Europa e para o desenvolvimento da luta comum dos trabalhadores e de todas as forças democráticas, pelos objectivos definidos nesta Conferência.

A luta pelo desanuviamento, pelo reforço da segurança na Europa, pelo cumprimento das decisões de Helsínquia, pelo desarmamento, pelo termo da divisão do Continente em "blocos militares", pela supressão das bases militares estrangeiras, pela renúncia ao emprego e ameaça de armas nucleares, pela interdição das armas bacteriológicas e químicas, contra as ameaças e demonstrações de força dirigidas contra povos e estados, — corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores e dos povos do nosso Continente.

Enquanto a tensão internacional e o clima de guerra fria são favoráveis a uma política reaccionária nos países capitalistas, as medidas restritivas das liberdades, as ingerências e intervenções imperialistas, — o desanuviamento e os progressos da segurança e da cooperação entre países com sistemas económicos e sociais diferentes criam condições favoráveis para a luta dos povos pela democracia, o progresso e a verdadeira independência nacional.

O desanuviamento internacional e os progressos da segurança e da cooperação não se podem compreender (tal como pretendem os círculos mais agressivos do imperialismo e tal como acusam os radicalistas pseudo-revolucionários) como uma partilha do mundo em sistemas sociais diferentes, com o reconhecimento de um statu quo determinado pela necessidade do equilíbrio estratégico de dois mundos que se encontram face a face — o capitalismo e o socialismo.

O desanuviamento e os progressos da paz e da cooperação verificam-se no quadro da crise geral do capitalismo, da intensificação da luta de classes, do desenvolvimento da luta libertadora da classe operária dos países capitalistas e dos povos oprimidos, do poder e influência crescente dos países socialistas.

O imperialismo e a reacção mundial, na sua conduta em relação a Portugal após a Revolução de 25 de Abril de 1974, têm precisamente procurado justificar a sua ingerência na política interna portuguesa, as suas brutais pressões políticas diplomáticas e económicas, mesmo pressões militares, com a teoria do statu quo e do equilíbrio estratégico.

O imperialismo norte-americano e o imperialismo oeste-europeu, coadjuvados pela social-democracia de direita, têm apoiado sistematicamente as forças reaccionárias e conservadoras de Portugal, nas tentativas dum golpe contra-revolucionário e nos esforços para impedir ou conter o desenvolvimento da revolução.

Uma das chantagens exercidas sobre Portugal é a exigência de que os comunistas deixem de fazer parte do governo no qual participam desde 1974, apesar das modificações governamentais e do acidentado processo revolucionário. Apesar de ser de admitir para breve a saída dos comunistas do governo, o exemplo destes dois anos passados mostrou que mesmo um país da OTAN se o povo luta com determinação, pode ter um governo com participação comunista e levar a cabo transformações

económicas e sociais profundas.

O nosso Partido, desde 25 de Abril de 1974, não levantou a questão da saída de Portugal da OTAN nem do fim imediato das bases norte-americanas em território português. Não temos manifestado nem pressão nem impaciência. Temos defendido que esta questão virá a ser resolvida, não isoladamente, mas no quadro mais vasto da

Moçambique. Mantendo estreitas e fraternais relações de amizade com a FRELIMO e o MPLA, o nosso Partido contribui para a superação dessas dificuldades e o estabelecimento e desenvolvimento das relações de amizade e cooperação, que correspondem tanto aos interesses do povo português como aos dos povos de Moçambique e Angola. A cooperação com os países

assim como a composição e a política do seu governo.

O respeito desse direito a todos os povos é condição indispensável do desanuviamento, da paz, da segurança e da cooperação internacionais.

2

A luta pela paz, a segurança e a cooperação é inseparável

com o Poder económico e político dos monopólios.

Nas condições portuguesas, a alternativa é clara: ou democracia sem o domínio dos monopólios, ou domínio dos monopólios com uma ditadura fascista ou reaccionária.

Depois do derrubamento do fascismo a própria sobrevivência das liberdades e da democracia, exigiu que se empreendesse com decisão e vigor a liquidação do poder

aguda do nosso povo em defesa das liberdades alcançadas, da luta contra as sucessivas tentativas da reacção fascista, apoiada no capital monopolista e nos grandes agrários, para cortar o passo à revolução e para fazer regressar Portugal ao passado fascista.

Embora vivendo-se ainda em Portugal uma situação muito instável, estas grandes conquistas revolucionárias estão consagradas na Constituição que agora entrou em vigor e imprimiram à democracia portuguesa características muito particulares.

Nem as revoluções se copiam, nem há modelos acabados de revoluções. É por isso que as revoluções não se repetem e o caminho certo em países da Europa Ocidental não poderia ser encontrado pretendendo copiar mecanicamente revoluções socialistas já realizadas. É por isso que tão pouco há ou haverá uma receita comum ou uma via comum obrigatória a todos os países europeus para abrir caminho para o socialismo.

Cada revolução, com a capacidade criadora das massas populares e da sua vanguarda, é sempre mais rica de experiências e originalidades do que as melhores previsões poderiam admitir.

Assim também a revolução portuguesa e o regime democrático em que agora, com a entrada em vigor da nova Constituição, começamos vivendo, embora ainda numa situação cheia de contradições e de riscos.

O PCP luta pela estabilização da democracia. Na Assembleia Legislativa onde há maioria de socialistas e comunistas o PCP tem 40 deputados. Em condições extremamente complexas, em que predominou o factor militar, o nosso Partido levou a cabo uma grande campanha de esclarecimento nas recentes eleições presidenciais.

Procuramos consolidar as instituições democráticas. Mas tem de sublinhar-se que a consolidação do regime democrático é inseparável da consolidação das grandes conquistas da revolução, designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário.

A batalha que se está travando e se irá intensificar no futuro próximo imediato em Portugal é entre aqueles que querem a consolidação da democracia e das vitórias históricas da revolução portuguesa e aqueles que pretendem anular e liquidar as grandes conquistas revolucionárias alcançadas e reconduzir Portugal ao caminho do capitalismo monopolista e do capitalismo monopolista de Estado, o que só poderá ser feito, não com um regime democrático, mas com a instauração dum novo ditadura fascista.

A fim de assegurar a defesa, a consolidação e o prosseguimento do regime democrático, o nosso Partido desenvolve os seus esforços para o reforço da unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, para o reforço da aliança com o campesinato e com as classes e camadas médias, para a unidade de todos os democratas, designadamente de socialistas e comunistas, para o reforço da aliança do Povo com as Forças Armadas que continua sendo hoje, apesar das modificações na situação política, indispensável para a salvaguarda das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução portuguesa.

Agindo para tornar possível uma larga frente de forças sociais, políticas e militares, o nosso Partido opõe-se

resolutamente às tentativas para que a revolução portuguesa volte atrás e reinstaure o domínio dos monopólios a fim de pôr Portugal a par e passo da Europa capitalista.

O caminho para a construção da democracia em Portugal, não pode ser o regresso ao capitalismo monopolista mas a consolidação destas conquistas históricas na perspectiva do socialismo consagrada na própria Constituição.

3

A realização desta nossa Conferência tem particular significado para o reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre todos os nossos partidos.

Embora haja, em relação a tal ou tal problema, diferenças de opinião entre nós, embora as diferenças da situação nos diversos países determinem diferenças nas experiências, nas concepções, na táctica, nas vias para o progresso social, todos temos o mesmo objectivo fundamental que diferencia os nossos partidos dos demais partidos, os caracteres como partidos comunistas e operários e os que fraternamente na mesma luta comum.

Os partidos aqui representados actuam em condições muito diversas. Entretanto, são idênticos os interesses que todos os nossos partidos defendem: os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores e os interesses dos aliados da classe operária nos vários estádios do processo revolucionário.

É nessa identidade de interesses de classe que reside a base objectiva da unidade e da solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários, a base dos elevados princípios do internacionalismo proletário.

Com as profundas transformações verificadas na situação mundial o conteúdo e a expressão prática do internacionalismo proletário foram extraordinariamente diversificados e enriquecidos. As relações de classe juntaram-se relações de povos e relações de estados. Mas o fundo e a inspiração de classe manteve-se e mantém-se

As forças reaccionárias desenvolvem particulares esforços para estimular dificuldades nas relações entre países socialistas, para separar ou afastar da URSS e de outros países socialistas os partidos comunistas dos países capitalistas; para fomentar, agravar e aproveitar diferenças de opinião entre os partidos comunistas.

Em Portugal, não há dia nenhum em que as forças reaccionárias e conservadoras não façam chantagem sobre o nosso Partido para abandonarmos a nossa política internacionalista, não há dia nenhum em que não procurem utilizar as opiniões de outros partidos irmãos contra o nosso próprio Partido e não procurem que o nosso Partido se pronuncie contra a URSS, contra outros países socialistas, contra partidos irmãos.

A tais pressões e chantagens respondemos mantendo-nos firmemente nas posições de princípio, na nossa posição de apoio, amizade e solidariedade para com a URSS e outros países socialistas, para com os partidos irmãos, para com o movimento nacional libertador e particularmente para com os povos das ex-colónias portuguesas e seus partidos revolucionários.

Cada Povo tem de contar fundamentalmente com as suas próprias forças para resolver os próprios problemas. Mas nos dias de hoje nenhum pode dispensar a solidariedade internacional.

Se em Portugal tivemos necessidade da solidariedade internacional nos longos duros anos de luta contra a ditadura fascista, não temos tido menos necessidade na luta de vida ou de morte pelas liberdades e o progresso social em que desde 25 de Abril de 1974 temos estado e continuamos estando empenhados.

Queremos aproveitar esta ocasião para expressar a nossa profunda gratidão aos partidos irmãos dos países socialistas e dos países capitalistas e a todos aqueles que têm apoiado e continuam apoiando activamente o nosso Partido, o nosso povo, a revolução portuguesa com a sua solidariedade moral e política, com a informação verdadeira nos seus países



O camarada Álvaro Cunhal, no decorrer da sua intervenção na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa realizada em Berlim. A seu lado os camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Abolim Inglês, do CC

segurança internacional e dos progressos da paz mundial e da cooperação entre os povos. A dissolução simultânea da OTAN e do Tratado de Varsóvia, defendida por esta Conferência, apresenta uma solução global na qual podemos inserir a solução para o caso português.

O PCP, tal como os outros partidos comunistas e operários, considera que o desenvolvimento da cooperação entre Estados europeus independentemente dos seus sistemas económico e social é um importante factor de paz e de segurança, favorável também à causa da democracia e do progresso social.

No que respeita a Portugal, o derrubamento da ditadura fascista e todo o processo revolucionário posterior puseram termo à completa dependência em relação ao imperialismo e ao crescente isolamento internacional ao qual o regime fascista e colonialista tinha condenado o nosso país.

A revolução portuguesa criou condições para o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e outros países socialistas, com países do chamado Terceiro Mundo e com as antigas colónias portuguesas que se libertaram do colonialismo e constituíram novos estados independentes.

As forças reaccionárias e conservadoras, assim como aquelas que em Portugal servem os interesses do imperialismo estrangeiro, não estão interessadas no desenvolvimento destas relações. Campanhas caluniosas, provocações, desinteresse e negligências de repartições do Estado, sabotagem a diversos níveis, procuram entravar as relações de cooperação com os países socialistas, que entretanto conheceram em dois anos um notável desenvolvimento.

Exceptua-se a China, que até hoje recusou o estabelecimento de relações com o novo Portugal democrático, mas que se apronta para as restabelecer se for formado em Portugal um governo de direita sem participação comunista. Essa política é aliás paralela da que a China seguiu em relação a Angola, colaborando com os Estados Unidos na falhada intervenção militar dos mercenários a partir do Norte e dos racistas sul-africanos e fascistas portugueses a partir do Sul, com o objectivo de liquidar o MPLA e impedir a conquista da verdadeira independência pelo povo angolano.

A revolução portuguesa criou condições favoráveis para a fraterna cooperação com os novos estados formados nos países antes submetidos ao colonialismo português. Entretanto, as pressões e ingerências imperialistas e as forças reaccionárias e neocolonialistas conseguiram provocar sérias dificuldades nas relações de Portugal com a República Popular de Angola e com a República Popular de

socialistas, com os países afro-asiáticos e com as ex-colónias portuguesas não excluem relações de cooperação com os países capitalistas da Europa.

Insistimos na necessidade dessas relações comerciais e económicas em especial com os países do Mercado Comum pondo entretanto algumas condições; que sejam respeitados os interesses mútuos, a soberania e a independência de Portugal; que as relações comerciais e de cooperação económica não sejam instrumentos de pressão política, que no caso de Mercado Comum seja reconhecido um estatuto especial ao nosso país, dado que a indústria e a agricultura portuguesa não têm actualmente capacidade competitiva; e, finalmente, que seja rigorosamente respeitado (como não tem sido nos primeiros dois anos da revolução portuguesa) o princípio da não ingerência nas questões internas.

Assim como a segurança e a cooperação criam condições favoráveis para a luta dos povos pela democracia, o socialismo e a independência nacional, assim a luta dos povos é um factor decisivo para os progressos da segurança e da cooperação. A paz é um valor em si mesma e será tanto mais assegurada quanto mais avançar o processo revolucionário mundial, quanto mais avançar em cada país a luta emancipadora da classe operária e das massas trabalhadoras.

Consideramos por isso que a revolução portuguesa, pondo fim a uma ditadura fascista que oprimia o povo português há quase meio século e que tornava Portugal um dócil peão dos círculos agressivos do imperialismo, dando uma contribuição decisiva para o fim da guerra colonial e para apressar o fim do colonialismo português deu também uma positiva contribuição para o desanuviamento e a paz mundial.

As transformações revolucionárias levadas a cabo em Portugal nos últimos dois anos não agradam naturalmente ao imperialismo. Não só a própria revolução portuguesa é uma afirmação de independência nacional do povo português, não só a revolução enfraqueceu as posições do imperialismo em Portugal, como abriu novas perspectivas de luta pelo socialismo.

Por todas estas razões, o imperialismo e todas as forças reaccionárias, assim como a social-democracia de direita desenvolvem um combate feroz contra a revolução portuguesa e em especial contra o Partido Comunista Português.

Não nos deixamos porém intimidar pelos ataques, ameaças e perigos. Cada povo tem pleno direito de decidir do seu destino e deve ser plenamente reconhecido e assegurado ao povo português o direito de escolher, sem ingerências externas o regime social e político que entenda,

da luta contra a reacção e o fascismo, da luta pela democracia, o progresso social, a independência nacional e o socialismo, da luta da classe operária e das massas trabalhadoras, dos partidos comunistas e operários, para fazerem avançar o processo revolucionário nos próprios países.

Esse avanço do processo revolucionário não tem lugar nem pode ter lugar simultaneamente em toda a parte e muito menos dum forma idêntica, regular e contínua.

A história dos povos comprova dia a dia a irregularidade do processo de desenvolvimento social, a irregularidade do desenvolvimento do capitalismo, a irregularidade do processo revolucionário.

Até 1974 Portugal, tiranizado durante quase meio século por uma ditadura fascista, era dominado por uma dúzia de grupos monopolistas, tinha uma grande parte da agricultura nas mãos de grandes latifundiários, mantinha o último império colonial, onde se tinha envolvido numa prolongada e criminosa guerra contra povos oprimidos. Com tais características Portugal figurava na Europa como país de grande atraso político e social.

A revolução portuguesa alterou essa situação. Embora num processo extremamente acidentado e perigoso, as forças revolucionárias levaram a cabo transformações radicais nas estruturas económicas.

O que se deu em Portugal não foi a mudança do regime político por parte das classes detentoras do Poder. Os monopólios e latifundiários, não só foram escoraçoados do Poder político como acabaram por perder também o Poder económico.

Depois de dois anos dum situação democrática provisória extremamente instável, começamos agora a viver, com a entrada em vigor da nova Constituição, um novo regime democrático português. Este regime distingue-se entretanto dos regimes existentes nos outros países da Europa Ocidental, por alguns traços fundamentais:

Primeiro traço específico: Ao contrário do que sucede nas democracias burguesas da Europa capitalista a revolução portuguesa liquidou o capitalismo monopolista de Estado e deu fundos golpes no capitalismo monopolista.

Já no tempo do fascismo, o nosso Partido definira, como objectivo da revolução antifascista a liquidação do poder dos monopólios. Considerámos então, como continuamos a considerar, que, nas condições portuguesas, dado o estatúdo de desenvolvimento do capitalismo e o atraso técnico da indústria e da agricultura, a democracia é incompatível

monopolista. Foram nacionalizados: a banca, as companhias de seguros, a produção e distribuição de energia eléctrica, alguns sectores mineiros, os petróleos e a petroquímica, os adubos e outros sectores da indústria química, a siderurgia, os cimentos, grande parte da construção naval, a celulose, os tabacos, a cerveja; o vidro e os transportes ferroviários, aéreos, marítimos e rodoviários (camionagem).

Com as nacionalizações dos sectores básicos, ficaram sob o controlo directo do Estado cerca de 1200 empresas às quais corresponde cerca de metade da actividade da economia nacional.

A este sector há a acrescentar uma centena de grandes empresas que, embora continuando sendo empresas privadas, foram sujeitas a intervenção do Estado; e centenas de cooperativas formadas pelos trabalhadores em empresas dos ramos mais diversos onde se verificou sabotagem económica pelo patronato.

Estes factos significam uma modificação profunda das estruturas económicas portuguesas.

O segundo traço específico da situação portuguesa é a Reforma Agrária.

Levada a cabo-revolucionariamente pelos proletários rurais e pequenos e médios agricultores nas zonas do latifúndio, a Reforma Agrária abrange 1 milhão de hectares de terra (cerca de um quinto da superfície cultivada do país), que foi ocupada pelos trabalhadores, e onde estes formaram cerca de 400 cooperativas e unidades colectivas de produção nas quais trabalham 100 000 trabalhadores. Em toda a região da Reforma Agrária, liberdades as terras dos proprietários e dos capitalistas, os trabalhadores dirigem e administram com êxito as herdades colectivas e cooperativas.

O terceiro traço específico é o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, que se verifica em numerosas empresas, tanto naquelas onde houve intervenção do Estado, como em muitas grandes empresas privadas.

Há quem tenha a ideia de que as forças revolucionárias, designadamente o PCP, imprimiram à revolução um ritmo incompatível com as forças reais. A verdade é que, se as forças revolucionárias portuguesas não tivessem tido a coragem de desferir profundos golpes ao capital monopolista e à grande propriedade latifundiária, se a classe operária não tivesse passado a controlar efectivamente a vida de numerosas empresas em sectores fundamentais da economia, o fascismo já teria sido reinstaurado há muito em Portugal.

As transformações revolucionárias realizadas surgiram no decurso da luta



Os camaradas Álvaro Cunhal e Herbert Mies, presidente do Partido Comunista da Alemanha (PCA), trocaram impressões durante um intervalo da Conferência

como a essência da identidade de interesses, do apoio recíproco, da solidariedade fraterna entre os trabalhadores e entre os partidos comunistas e operários.

No processo revolucionário actual, existe todo um complexo sistema de alianças, em cada país e à escala internacional. A solidariedade proletária, junta-se a solidariedade antifascista, a solidariedade democrática, a solidariedade anti-imperialista.

Mas como mais sólido cimento social, político e ideológico de toda a solidariedade internacional encontra-se, com os seus interesses, aspirações e objectivos, a classe operária, mudada sem dúvida na sua composição profissional, mas mantendo o papel de vanguarda em todo o processo revolucionário.

É por compreender a energia decuplicada que se desprende da unidade e da solidariedade recíproca dos trabalhadores e dos povos, que as forças reaccionárias e conservadoras põem a si próprias como tarefa o enfraquecimento da unidade do movimento comunista internacional.

Com esse fim, utilizam o anti-sovietismo e uma campanha de monstruosas calúnias contra países socialistas e contra partidos comunistas e operários.

acerca da situação em Portugal, com o envio de valiosa maquinaria agrícola para as cooperativas e herdades colectivas, com campanhas de esclarecimento e com as mais variadas formas de ajuda política, moral, material, diplomática.

A unidade, a cooperação e a solidariedade dos partidos comunistas e operários, é um factor de importância primordial para a cooperação e a unidade de amplas forças sociais e políticas, indispensável à luta pela paz, a segurança, a cooperação e o progresso social na Europa.

Confiemos em que esta nossa Conferência será uma contribuição do mais alto valor para que essa cooperação e unidade se desenvolvam favoravelmente para bem dos povos e dos países da Europa, para bem de todos os povos e países do mundo.

Antes de terminar, queremos transmitir as saudações fraternais do PCP a todos os partidos comunistas e operários participantes nesta Conferência e expressar ao PSUA, ao seu Comité Central e ao seu secretário-geral, camarada Honecker, a nossa gratidão pela sua fraterna hospitalidade e pelas ideais condições de trabalho que nos proporcionaram.

Editorial

O COMITÉ CENTRAL DO PCP APONTA O CAMINHO

(Continuação da pág. 1)

Sobre os seus malabarismos aritméticos, inteiramente desprovidos de seriedade política, constroem as teorias mais absurdas, destinadas a semear, na cabeça dos portugueses desprevenidos, primeiro a dúvida na justeza da orientação do PCP, depois a descrença na capacidade dos comunistas para dirigirem o combate popular pela democracia, contra a exploração capitalista, pelo socialismo.

"Derrota histórica do PCP" — proclama o Secretariado Nacional do PS — "iniludível derrota do PCP" — diz o Secretariado Nacional do PPD — e entretanto nem um nem outro explicam, utilizando o seu próprio falso critério, a perda de mais de um milhão e duzentos mil votos relativamente às eleições anteriores dos seus dois partidos na votação do candidato a que deram o seu apoio. O PPD, aliás, que tinha, como é sabido um outro candidato, colou-se à candidatura do General Ramalho Eanes logo que a sua iniludível derrota nas eleições para a Assembleia da República lhe mostrou a inviabilidade de fazer eleger o "seu" próprio candidato. O CDS, que atriou Galvão de Melo às urtigas, procedeu da mesma forma.

O objectivo desta manobra de diversão é claro: impedir a formação de uma maioria política de esquerda na Assembleia da República e a constituição de um governo de esquerda com o PCP, conforme a vontade do eleitorado português nas eleições, essas sim, partidárias, de 25 de Abril último. "A ideia de 'maioria de esquerda' não era uma leitura correcta das eleições para a Assembleia da República" — lê-se no comunicado do PPD — e o próprio PS, pela boca do seu secretário-geral, afina pela mesma clave. O jogo percebe-se.

Abriu o caminho a uma solução de direita, que rapidamente levaria a uma ofensiva generalizada contra as liberdades, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações e o controle operário, pela recuperação capitalista e a reconstituição dos monopólios, tal é o objectivo não confessado dos inimigos e detractores do PCP.

Entretanto, ainda que sem uma linha clara dos eleitores de esquerda não votantes em Octávio Pato, a maioria do eleitorado, que foi às urnas para escolher o Presidente da República, e uma grande parte dos abstencionistas, que expressaram pela abstenção eleitoral a sua aversão por uma solução de direita, reforçou a sua opção de facto por uma política de esquerda.

Os milhares de homens, mulheres e jovens progressistas que são a parte mais substancial da base de apoio do PS, têm afirmado das formas mais diversas e expressivas o seu repúdio por uma solução de direita para o problema do governo.

A fórmula do governo sozinho dos dirigentes do PS contraria as regras democráticas e vai claramente contra os desejos e a vontade da imensa maioria dos seus próprios militantes e amigos.

A posição dos comunistas é inequívoca: "O PCP torna cada vez mais claro que não apoiará um Governo PS sozinho" — diz-se no documento do Comité Central.

Não se pode fazer fé em qualquer programa de governo socialista, qualquer que ele seja, conhecida a prática política de direita dos ministros do PS, em particular no VI Governo Provisório. Os brutais

aumentos de preços e impostos, aprovados contra o voto comunista, nos derradeiros dias do VI Governo Provisório, por iniciativa dos ministros socialistas, é um exemplo típico dessa prática política de direita.

O documento do Comité Central põe o acento sobre a necessidade e importância do combate político e ideológico. A ofensiva ideológica do fascismo através da manipulação dos órgãos de comunicação social é acompanhada da ofensiva política de calúnias e violências contra os comunistas e encontra um suporte precioso no divisionismo e no verbalismo anticomunista dos esquerdistas.

O esquerdismo joga com o desespero das massas e as chagas sociais provocadas pelo sistema capitalista em vigor — apesar das profundas transformações sociais já ocorridas em Portugal — e agravadas pela política de recuperação capitalista e de viragem à direita conduzida pelo VI Governo, para acenar com falsas esperanças e apontar um caminho de aventura que conduziria a novas e graves derrotas dos trabalhadores e das forças democráticas.

Os esquerdistas que lançaram a candidatura do major Otelo de Carvalho e hoje procuram utilizar os resultados da sua votação para uma larga manobra de divisão das classes trabalhadoras, podem trazer graves perigos à democracia e à revolução. O caudilhismo à volta de Otelo Saraiva de Carvalho, o renascer das tendências golpistas, responsáveis por algumas das mais graves derrotas depois do 25 de Abril de 1974, levam neste momento a água aos moinhos da reacção.

No documento do Comité Central chama-se justamente a atenção "para o facto de que os chamados GDUPs não são um instrumento de unidade dos trabalhadores, mas um instrumento para a sua divisão, para tentar o comando do movimento operário e popular, para o combate ao PCP". Cada vez mais para os trabalhadores da cidade e do campo se impõe uma grande determinação e vigilância política.

Tarefas inadiáveis se colocam a todos os democratas e antifascistas civis e militares. A necessidade da união de todas as forças democráticas e de esquerda é imperiosa para salvaguardar as liberdades e as conquistas mais importantes da revolução ante o perigo de uma nova guinada para a direita na política nacional.

O Comité Central do PCP, consciente das enormes responsabilidades que pesam sobre os comunistas e todos os que querem defender a democracia em Portugal, aponta o único caminho justo para vencer as actuais dificuldades e resolver satisfatoriamente a grave situação de crise que o nosso País atravessa, dentro dos interesses fundamentais das classes trabalhadoras e das restantes camadas mais amplas da população portuguesa.

O estudo e a discussão do documento do Comité Central como base de discussão no Partido e entre as massas, permitirão ver claro nesse caminho.

POR UMA SOLUÇÃO CORRECTA PARA A CRISE ENERGÉTICA DO PAÍS

A gravíssima estíagem — que afecta duramente todo o nosso sistema de produção de energia hídrica e que está a ser arvorada como principal justificação dos cortes indiscriminados e drásticos de energia ordenados pelo VI Governo — trouxe de repente a lume não só a política económica antinacional do extinto regime fascista como a criminosa inércia dos responsáveis actuais do sector energético quanto às medidas de emergência agora decretadas.

O Ministério da Indústria e Tecnologia impôs agora medidas de emergência, sem ouvir os principais interessados, medidas que provocaram baixas da ordem dos 30% na produção nacional e afectam desfavoravelmente as condições de trabalho de muitos milhares de trabalhadores.

Na grave crise actual da nossa produção de energia pesam as incongruências do planeamento energético dos sucessivos governos fascistas até ao 25 de Abril de 1974 e as graves falhas cometidas pelo actual ministro da Indústria e Tecnologia antes e depois da revolução.

Enquanto milhões de contos eram gastos na guerra colonial sob os governos de Salazar e Caetano, os projectos de empreendimento energético em geral mal planeados, dormiam nas gavetas dos ministros com grave prejuízo da electrificação do País e evidente benefício dos monopólios.

A rede térmica de apoio foi planeada e posta em execução com uma improvisação que saiu muito cara ao País.

Para a central do Outeiro vieram apetrechamentos sem prévios planos par a sua aplicação e uso; na central do Carregado, durante anos sob a direcção do engenheiro Walter Rosa, actual ministro socialista da Indústria e Tecnologia, um dos grupos de 125 MW de potência instalada, que deveria estar sempre de reserva, foi utilizado indiscriminadamente e está inoperante há largos meses.

O ministro Walter Rosa, não teve nada em conta as

propostas de técnicos competentes de planificação das medidas de emergência que desde há mais de um ano se tomavam imperiosas.

Concretamente, em Outubro de 75 e Março deste ano medidas racionais de restrições dos consumos de energia foram-lhe sugeridas e poderiam ter sido adoptadas sem prejuízos de maior para a economia nacional.

Obras que se impunha incentivar para o mais cedo possível se fazer face a situações de emergência como a actual foram descuradas, nenhum planeamento sério foi ordenado pelo ministro e assim se chegou hoje a uma situação insustentável que impõe medidas drásticas e substanciais restrições de consumo mas que deveriam ser discutidas e aplicadas com a participação de técnicos, trabalhadores e consumidores de forma a encontrar-se as soluções mais justas.

Os trabalhadores estão justamente alarmados com as transferências arbitrarias nos horários de trabalho, além disso sem qualquer efeito prático na economia dos consumos energéticos. Os cortes indiscriminados atingem sectores da produção que afectam seriamente os interesses, a saúde e o bem estar do povo, como é o caso por exemplo da produção de antibióticos.

A crise energética traz ao de cima a necessidade de uma rápida prospeção dos nossos recursos energéticos de natureza hídrica — os mais baratos e acessíveis — e a rápida ampliação da rede de apoio térmico.

A recusa ao recurso da energia nuclear é justa não só à luz da defesa da nossa independência económica e nacional como do ponto de vista técnico e financeiro.

Os cortes são agora absolutamente necessários mas o seu critério e amplitude devem ser vistos com os representantes autorizados dos trabalhadores e com técnicos e economistas capazes de encontrar as soluções mais de acordo com os interesses das amplas massas e do País. Tal como estão a ser realizados são quase um crime contra a economia nacional.

ACTUAR ENERGICAMENTE CONTRA OS FASCISTAS!

Unir todos os portugueses contra o terrorismo e a violência fascista é um imperativo do presente momento

O combate ao terrorismo fascista está na ordem do dia. O recrudescimento de atentados à ordem democrática levados a cabo por bandos de reaccionários mostra bem que as forças da direita e do fascismo prosseguem a sua ofensiva contra o processo democrático, contra as conquistas revolucionárias do nosso povo, contra as liberdades e a democracia.

Pouco mais de um ano depois do primeiro grave atentado à ordem democrática, à liberdade de reunião e de associação — que um grupo de fascistas e arruaceiros levou a cabo, em 26 de Maio do ano passado, contra a sede do MDP/CDE em Bragança — elevam-se a muitas centenas os assaltos, destruições e saques de sedes de partidos progressistas e organizações de trabalhadores, os atentados bombistas e a tiro contra democratas. Os prejuízos atingem já muitos milhares de contos, várias vidas já se perderam e os reaccionários conseguiram instalar em muitas regiões do país uma "ordem" antidemocrática, uma "ordem" fascista.

O terrorismo e a violência fascista são o prolongamento da actividade legal dos partidos da direita. Pela palavra, espalham o terror

CASTIGAR OS CRIMINOSOS

Actuando na mais completa impunidade, os terroristas são conhecidos: são os bandidos do ELP/MDLP, caciques dos partidos fascistas e reaccionários. As populações conhecem-nos bem e já os denunciaram às autoridades.

As autoridades são responsáveis, perante o povo português, pelo cumprimento da ordem e das liberdades democráticas consignadas na Constituição. Por isso, é urgente que actuem, prendam e punam severamente tanto os executores como os cérebros dos atentados criminosos, onde quer que se acoitem. É a democracia, é a vida dos portugueses que está em causa.

É urgente o desmantelamento das organizações fascistas que semeiam pelo país a

violência e a desordem. É necessário punir os responsáveis políticos dos partidos fascistas que apoiam os terroristas.

Sem um combate eficaz contra o terrorismo, sem o completo desmantelamento das organizações fascistas não haverá democracia em Portugal e os princípios consignados na Constituição não serão respeitados.

O futuro democrático, independente, pacífico e próspero do nosso povo exige um firme combate à violência fascista. Exige que não mais seja possível assaltos a sedes de organizações progressistas e democráticas, exige que não mais os fascistas possam atentar contra a vida e os bens de militantes antifascistas. Do firme combate à reacção e ao fascismo, das medidas que se tomarem contra a violência e o ódio de que essas forças são portadoras, depende o futuro do povo português.

UNIR OS PORTUGUESES CONTRA O FASCISMO

O terrorismo fascista, como braço armado de todos os que, no nosso país, lutam pelo regresso ao Poder do grande capital,

dos monopolistas e latifundiários que nos oprimiram durante quase meio século, é principalmente dirigido contra a classe operária e as massas trabalhadoras. São estas as principais forças que se poderão opor, com firmeza e decisão, à escalada fascista.

Mas, para isso, as massas trabalhadoras têm de alargar a sua unidade e reforçar a sua organização. Têm, igualmente, que chamar à luta contra o terrorismo fascista — o da palavra, o da bomba — todos os portugueses honrados e democratas, todos os antifascistas, todos os que, sinceramente, estão dispostos a trabalhar para que a democracia seja consolidada, para que o socialismo venha a ser uma realidade no nosso país.

Ninguém se pode alhear ou deixar de tomar partido. Nenhum trabalhador, nenhuma força democrática, nenhuma organização progressista poderá esquecer este problema e deixar de tomar uma posição clara e intransigente sobre ele. Se o não fizer, estará a trair miseravelmente todos os que nela confiaram, estará a trair irremediavelmente o povo português, estará, quer queira ou não, a escancarar as portas do nosso país ao fascismo e ao imperialismo.

URGE ACABAR COM O TERRORISMO DA INFÂMIA EM LETRA DE FORMA

«A Rua» e outros órgãos de difamação são porta-vozes da violência fascista

O terrorismo da palavra sobe de tom nos jornais fascistas. A infâmia cresce diariamente e não se detém perante nada. A difamação criminosa entra e sai à vontade pela porta cada vez mais larga da agressão impune aos direitos e valores indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade democrática. É necessário pôr termo a esta situação. Não se pode defender a liberdade dando rédea solta aos seus inimigos sem escrúpulos.

O semanário "A Rua", chefe de fila da calúnia sistemática, despreza os direitos inatacáveis dos cidadãos. Julgando a situação propícia, põe a circular a difamação mais ignóbil, ao abrigo de "liberdades" que nenhuma liberdade consente. Mais do que pessoas, o seu alvo escolhido e permanente é a situação democrática e os esforços a consolidar.

Assim, as campanhas de difamações e calúnias atingem proporções nunca vistas. Os agentes fascistas de "A Rua" e de outros órgãos ao seu serviço desprezam a Constituição e transformam a Lei de Imprensa numa indignidade de que se servem à vontade.

Tolerar esta situação degradante é uma demissão intolerável. É o próprio processo democrático que se demite, deixando de assegurar a defesa das liberdades em que assenta. Pactuar com a injúria e a difamação mais ignóbil é permitir que do terrorismo

da palavra se passe ao da bomba, que um faça apelo ao outro, que ambos se interpenetrem, sendo um só e o mesmo terrorismo fascista, para o qual são letra morta a segurança e os bens dos cidadãos e das instituições democráticas.

"Não se pode aceitar — lembra o PCP numa nota recente — que a complacência dos tribunais e de autoridades responsáveis permita aos serventuários fascistas utilizar impunemente a Imprensa para lançar campanhas de provocação e diversão ideológica e para darem cobertura às actividades terroristas do fascismo. O PCP entende que se impõem medidas urgentes contra tal situação. As calúnias lançadas pelo jornal "A Rua" e outros órgãos do fascismo não atingem apenas o PCP. São uma indignidade inadmissível contra a democracia portuguesa".

A Constituição e as outras leis fizeram-se para ser cumpridas. As liberdades conquistadas pelo povo português não podem servir para dar cobertura a infâmias.

Não se pode permitir que a mentira, a calúnia, a intriga e a difamação sejam utilizadas como arma política contra as liberdades a coberto de uma situação que os fascistas julgam propícia, pela impunidade de que usufruem, ao abrigo de uma revolução e de um processo democrático que se fez e faz contra eles.

HOMENAGEM POPULAR A ALEX UM DOS OBREIROS DO PCP

Muitas centenas de pessoas na homenagem a Alfredo Dinis, Alex, um dos construtores do nosso Partido

«O exemplo de Alfredo Dinis é uma luz, entre as muitas luzes dos heróis e dos mártires da luta antifascista, que nos guia e guiará no caminho até à vitória final». Estas palavras do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, em homenagem a Alex, exemplo do operário comunista, foram mais uma vez profundamente vividas no passado dia 4, por muitas centenas de pessoas concentradas em Bucelas. Passavam 31 anos sob o brutal assassinato do camarada Alex às mãos do criminoso agente da Pide, José Gonçalves. A multidão ocorreu. A juventude era uma presença em força, demonstrando que Alex, como tantos militantes do nosso Partido, caídos na luta pela causa popular, é um herói do povo que o povo aprende a conhecer, quebrada parte das cadeias que envolviam em silêncio combatentes da clandestinidade, camaradas que com a vida abriram caminho à democracia e ao socialismo que alcançaremos porque «A luta continua», como clamou, num só grito, a população em Bucelas no passado domingo.

O programa das comemorações e em homenagem a Alfredo Dinis, «Alex», iniciou-se com uma concentração no jardim de Bucelas, às 10 horas, prosseguindo com o



descerramento de uma lápide no Centro local do nosso Partido e com uma romagem ao local onde o camarada foi assassinado a 4 de Julho de 1945. Na cerimónia de descerramento da lápide usaram da palavra os nossos camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!», e Francisco Miguel do CC e um operário da firma H. Parry & Son, onde Alex trabalhou, e da qual se encontrava presente uma grande delegação.

O camarada operário da firma Parry & Son enalteceu a personalidade de Alex, «dos melhores filhos do nosso povo, operário, militante do nosso Partido desde muito novo, grande lutador e exemplo de concentração no jardim de Bucelas, em 10 horas, prosseguindo com o

segundo os seus crimes e acrescentando que não se constrói a democracia dando liberdade aos seus inimigos».

O camarada Dias Lourenço traçou o balanço das transformações políticas ocorridas no nosso país desde a homenagem do ano passado, afirmando depois:

«Na altura em que assassinaram Alex, éramos poucos. Sofremos então uma dura repressão. Mas aqueles que esperavam destruir o nosso Partido fracassaram nas suas esperanças. Hoje, também, há pessoas, os profetas da desgraça, que dizem que o Partido Comunista está em crise. Uns querem destruir o nosso Partido, outros pensam que os insucessos nos a batem. Também fracassaram».

Como prova de que o Partido tem de crescer e a fortalecer-se, o camarada Dias Lourenço chamou a atenção para a presença de jovens continuadores de uma luta que levará à vitória. Vibrantemente ovationado, o nosso camarada Dias Lourenço veria a multidão corresponder às suas palavras de confiança, com um grito de firmeza revolucionária: «A luta continua!».

A homenagem a Alex, um dos construtores do nosso Partido, encerrou-se com os manifestantes cantando o «Avante!» e a «Internacional».

de ALVARO CUNHAL

A Superioridade Moral dos Comunistas

SEMANA TRABALHADORES

RESPOSTA ADEQUADA

O atentado terrorista contra a sede da Intersindical Nacional traz a mesma assinatura dos planos que o fascismo prepara para o nosso povo. A bomba ali colocada pretendia atingir a unidade dos trabalhadores, as suas conquistas revolucionárias, a própria democracia.

As bombas terroristas, por um lado, e a tentativa de recuperação capitalista, por outro, são duas faces da mesma moeda das forças da reacção e do fascismo. Ambas têm o mesmo objectivo: liquidar o processo democrático português rumo ao socialismo, impondo ao nosso povo a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios.

Mas a classe operária e as massas trabalhadoras soberam apreender, na totalidade, o significado do atentado bombista e a sua resposta foi clara e firme: a paralisação de trabalho de meia-hora realizada na passada sexta-feira constitui mais uma vigorosa reafirmação, expressa por muitos milhares e milhares de trabalhadores, da disposição de luta contra a recuperação capitalista, contra o fascismo, pela democracia e pelo socialismo.

A paralisação constitui um poderoso movimento das massas trabalhadoras e, simultaneamente, um indício e um aviso. Um grande indício da unidade que se forja no seio da classe operária, no seio das massas trabalhadoras. Um sério aviso a todos os que tentam transformar Portugal numa coudada fascista dos monopólios e latifúndios, aonde as multinacionais e o imperialismo viriam constantemente caçar lucros escandalosos e mão-de-obra quase gratuita, à custa da fome, da miséria e da opressão do povo português.

O trabalho unitário — um imperativo do passado, do presente e do futuro — que se tem vindo a desenvolver no seio das massas trabalhadoras projectou-se nessa meia-hora de paralisação, durante a qual muitos milhares de trabalhadores, unidos no essencial, acordaram no combate ao avanço das forças da direita e da reacção, manifestando o seu repúdio pelo terrorismo fascista.

O combate ao terrorismo fascista é uma tarefa da hora presente. E esse combate será tanto mais eficaz quanto os trabalhadores forem capazes de reforçar, no seu Sindicato, no seu local de trabalho, a frente única de todos os que querem impedir o regresso do fascismo. O reforço da unidade e da organização das massas trabalhadoras é, assim, um imperativo antifascista. Só unidos e organizados, venceremos a ofensiva das forças de direita e construiremos no nosso país uma sociedade mais justa, mais livre, uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Isto sabem-no os trabalhadores e, por isso, cimentam a sua unidade. O trabalho unitário desenvolvido em torno da condenação do atentado contra a Intersindical culminou na meia-hora de paralisação como numa mais firme disposição de luta contra todos os que tentam o regresso do fascismo, à exploração e à opressão.

O desenvolvimento da mais ampla unidade entre as massas trabalhadoras é uma orientação justa e correcta que deve ser levada a cabo por todos os militantes do movimento operário português, do seio do qual devem ser extirpadas todas as manifestações sectárias e divisionistas que tanto têm prejudicado o processo democrático. Só assim o fascismo será definitivamente derrotado.

VÊM AÍ OS EMIGRANTES

Durante os meses de Verão, Julho e Agosto, começa, começou já a entrada no país de milhares de compatriotas emigrados, vindos dos países capitalistas da Europa, para onde foram vender a sua força de trabalho, procurando melhores condições de vida que lhes eram negadas nos tempos do fascismo e que ainda o processo democrático não conseguiu modificar totalmente, mercê, sobretudo, da desenfreada sabotagem económica e da ausência de medidas eficazes que a combatam.

Os emigrantes não esquecem a sua pátria. As férias que passam em Portugal não são apenas uma forma de reverem os familiares e a terra onde nasceram, mas também de se inteirarem localmente da situação em que se encontra uma revolução que é também a sua, que também constroem com o seu esforço noutros lugares.

Com efeito, nem as estruturas do Estado para onde emigraram lhes oferecem condições, a eles e às famílias para compensar o afastamento do lar, facilidades de alojamento, escolas para os filhos, estudos na própria língua e acesso ao conhecimento da língua dos seus camaradas de trabalho, como também, depois de Abril, pouco ou nada se modificou das condições oferecidas pelo Estado Português, através das suas estruturas consulares e diplomáticas, para ligar às realidades concretas do processo que vivemos as centenas de milhares de portugueses, que são encarados a maior parte das vezes por certas forças no poder como reservas de divisas ou como manancial de votos alienados pela campanha de desinformação anticomunista.

Como no passado, em que os fascistas procuravam

infiltrar-se nas associações dos emigrantes e, falhados esses propósitos constituíram as suas, a poder de dinheiro concedido pelos bancos que entretanto exploravam os portugueses, e deste modo tentavam influenciar ideologicamente a massa dos emigrantes, agora, através de moldes não menos refinados, tentam os conservadores e os fascistas arrastar contra o processo democrático e contra os seus próprios interesses, os milhares de trabalhadores que se empenham em terras estranhas na construção de uma vida mais digna.

Os nossos compatriotas vêm aí.

Durante estes dois meses vamos ter oportunidade de os ajudar a compreender melhor a realidade do país comum, do Portugal libertado, vamos mostrar-lhes as vitórias alcançadas e também os perigos que espreitam e espreitam ainda a jovem democracia que se vai, apesar de tudo, consolidando. Com muito esforço e perseverança.

FESTA NA MOITA

A exemplo do ano passado, a Comissão Concelhia da Moita do PCP leva a efeito no próximo fim-de-semana (dias 10 e 11) a 2.ª Festa da Revolução, onde estará presente um camarada do Comité Central do Partido, que fará uma intervenção política.

Das várias iniciativas que enquadram a jornada salientamos as sessões de canto livre e teatro, exposições, barracas de comes-e-bebes e ainda um pavilhão das Edições "Avante!" com os últimos lançamentos.

AS MEDIDAS DO GOVERNO FORTALECEM A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA À CUSTA DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES

O camarada Veiga de Oliveira fala-nos sobre os objectivos e o alcance das recentes medidas legislativas do VI Governo Provisório e também sobre a sua participação no Conselho de Ministros

O engenheiro Veiga de Oliveira, militante do Partido Comunista Português e ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório, foi obrigado a assumir, nessas funções governamentais, uma posição singular. O seu papel de ministro duplicou. Na verdade, ser os olhos, os ouvidos e a palavra dos trabalhadores no Conselho de Ministros obrigou-o a enfrentar não só o cargo das Obras Públicas, mas ainda a intervir como militante do Partido Comunista, como a intervir como Partido dos trabalhadores, em tudo o que no VI Governo se forjava contra esses mesmos trabalhadores. Da sua actividade e como a consideraram outros membros do Governo ele próprio nos falará a seguir, na entrevista que nos concedeu e cujo objectivo principal não foi o que acabamos de referir, mas sim o de procurar esclarecer os nossos camaradas e todos os leitores do "Avante!" sobre a recente febre legislativa de um VI Governo moribundo, que pretende antecipar-se ao futuro governo do PS, autorizando-se com o domínio do mesmo PS no mesmo VI Governo Provisório.

Entretanto, medidas que o VI Governo tem na gaveta, ou põe a arrear de vez em quando, como o controlo operário e a Lei do Arrendamento Rural (esta já aprovada, mas sem aplicação) continuam a ser "discutidas" há meses e não foram contempladas pela vaga legislativa do último dos governos provisórios.

P. — De um momento para o outro, o VI Governo Provisório aprovou, de uma só vez, uma série surpreendente de diplomas legais com incidência imediata na vida do custo de vida. Como interpreta os objectivos políticos imediatos dessa legislação?

R. — Os objectivos políticos imediatos dessa série de diplomas legais estão certamente relacionados com a intenção de formar um primeiro governo constitucional minoritário, ou governo só, ou predominantemente, do Partido Socialista. E porquê? Porque, numa jogada de antecipação, se procura evitar que seja esse primeiro governo a tomá-las ou, pelo menos, a tomar algumas delas, logo no início da sua carreira.

P. — A que forças interessam fundamentalmente essas medidas, e qual a razão de só terem surgido agora, depois de eleito o Presidente da República, a um passo da formação do primeiro Governo constitucional e numa altura em que ainda não entrou em funcionamento normal a Assembleia da República?

R. — O aumento do custo de vida é um dos resultados imediatos das medidas agora aprovadas pelo Governo. Certamente que essas medidas não interessam às forças que defendem as classes trabalhadoras e aos trabalhadores em geral. As forças a quem interessam as novas medidas do VI Governo são sem dúvida aquelas que estão interessadas na recuperação capitalista.

E preciso dizer-se que nós pensamos e defendemos sempre que havia necessidade de adoptar medidas de austeridade. Esta nossa posição, a posição do PCP, já é anterior ao IV Governo Provisório. Mas, para nós, essas medidas de austeridade seriam para fazer pagar a quem mais pode pagar e não aqueles que estão em piores condições. Sucede que uma parte dos aumentos, digamos, o aumento generalizado do custo de vida que se vai verificar, atinge, pelo contrário, e profundamente, aqueles que já hoje vivem pior, que já hoje vivem com mais dificuldades. Daí que não possamos estar de acordo com este tipo de medidas, chamadas de austeridade, e que se traduzem em austeridade somente para as classes trabalhadoras.

Há ainda em Portugal uma grande quantidade de pessoas que vivem com rendimentos muito elevados, que não só não estão a ser taxados como deviam como fogem inclusivamente, por portas travessas, mesmo aos poucos impostos que deviam pagar. Fogem através de vários meios que existem na legislação e, mais do que isso, nem sequer esses altos rendimentos são utilizados utilmente, isto é, não estão a ser canalizados para o investimento em que poderiam ter, então, uma função social. Daí não estarmos de acordo que, perante a necessidade de consumir menos, se obrigue a consumir menos aqueles que já são os que menos consomem. Esse é o resultado do aumento generalizado do custo de vida.

P. — Deveremos entender essas medidas como imprevisíveis exactamente neste momento do processo democrático?

R. — Quanto a isso, devo repetir que já há muito tempo se impõem medidas de austeridade, mas, quanto a nós, não são estas. Quanto ao momento da sua aplicação, trata-se, como já dissemos, de uma manobra a curto prazo, a fim de criar uma situação em que o próximo Governo minoritário do Partido Socialista não seja desde logo posto na situação de tomar medidas antipopulares.

P. — Qual o alcance da legislação agora aprovada? Beneficiário com ela, de algum modo, as classes trabalhadoras?

R. — Durante algumas das classes trabalhadoras vão sem dúvida reagir e não vão tentar resistir para manter e melhorar o nível de vida.

Os trabalhadores sentem que lhes foram retirados benefícios

Urbanismo e Construção e o Ministério das Obras Públicas (actual) os assuntos mais escaldantes, os assuntos em que a intervenção na vida nacional podia ser mais efectiva e mais profunda foram retirados deste Ministério, como sejam os assuntos relacionados com a habitação, com o uso de uma vasta parcela dos recursos nacionais e uma vasta parcela também do Orçamento Geral do Estado (despesa extraordinária para este ano). Nós, na altura, tivemos ocasião de nos manifestar contra essa medida de separação ministerial e lutámos até para que isso não sucedesse.

Mas acabou por fazer-se. A força da recuperação da direita foi bastante para que triunfassem. E isto sobretudo a partir do 25 de Novembro.

Quanto propriamente à minha função no Governo, é preciso dizer que sou simultaneamente ministro das Obras Públicas e ministro sem pasta, embora esta última categoria não existia.

Mas, de facto, sou-o, na medida em que a minha presença

também pelos outros, de fiscal do Conselho de Ministros. Fiscal no sentido em que, estando dentro de uma óptica própria e digamos com uma posição clara e constante em defesa dos trabalhadores e em defesa do processo revolucionário, isso me fez ser obrigado a intervir em todas as matérias e estar atento a tudo aquilo que é proposto ao Conselho. Essa parte do meu trabalho é provavelmente dez vezes superior à outra, e é efectivamente extenuante, exigindo grande esforço não só da minha parte, mas da parte de todos os camaradas que me têm ajudado para que esse trabalho possa ser levado, melhor ou pior, a seu termo.

Eu devo dizer ainda a esse respeito que a presença, mesmo minimizada, de um comunista no Governo, tem contribuído seriamente para que as coisas não tenham ido para muito pior. E o apoio de fiscal do Conselho de Ministros, que me foi posto, de certa forma consagra essa importância. E é preciso dizer que, tendo sido fiscal do Conselho de Ministros, o fui e sou em nome dos trabalhadores deste país, em nome do Partido dos trabalhadores deste país. E isso é que é importante registar.

Quando se pensa agora em formar um governo minoritário do PS, é evidente que a participação do Partido Comunista no Governo asseguraria a tal fiscalização dos trabalhadores sobre o Governo, mesmo dentro do próprio Governo. Seria a presença do ponto de vista dos trabalhadores que se faria sentir a todos os níveis e ao nível máximo da governação.

Também nas reuniões do Conselho de Ministros várias vezes ouvi a exclamação, por parte de um ou outro dos ministros: "o sr. está sempre do mesmo lado". Isso realmente é uma vantagem minha. Estou sempre do mesmo lado e é escusado dizer de que lado é.



no Conselho de Ministros foi de tal ordem que fui apodado pelo primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, e aliás

legitimamente adquiridos e que não se lhes aponta, em contrapartida, nenhum objectivo concreto para os sacrifícios a que pretendem obrigá-los. E ao apontar-se esse objectivo deveria ficar demonstrado, o que não sucede, que o que se tira hoje se destiná a ser dado com juros amanhã, isto é, que as medidas de austeridade se destinariam, de facto, à melhoria futura do nível de vida das classes trabalhadoras.

Mas, pelo contrário, o que se pode pensar dessas medidas é que se destinam a recuperar, em termos de capitalismo e não em termos do caminho rumo ao socialismo, uma situação económica grave.

P. — Pensa que essas medidas poderão ser aplicadas, na prática pelo primeiro Governo não-provisório?

R. — Essa capacidade vai depender da correlação de forças que existir nesse momento, designadamente da unidade das classes trabalhadoras e da sua capacidade de defender os seus interesses, que realmente correspondem aos interesses nacionais e, portanto, não se confundem com os interesses da recuperação, o que éramente capitalista que, intencionalmente ou não, estão na base e também nos objectivos das medidas que foram tomadas agora.

P. — Quais são os Ministérios que propuseram essas medidas?

R. — Em matéria de impostos e legislação desse tipo, taxas, etc., o responsável é o Ministério das Finanças. Como sabemos, é um Ministério praticamente controlado pelo Partido Socialista.

Em matéria de medidas de economia, ou ditos de economia energética, é responsável o Ministério da Indústria, também dominado pelo Partido Socialista.

Esses são, fundamentalmente, os dois Ministérios dos quais nasceram, digamos assim, os diplomas legais submetidos à aprovação do Conselho de Ministros. Mas a importância do assunto não reside apenas nos Ministérios que fizeram com que essas medidas fossem tomadas. O que realmente conta é o controlo das sessões do Conselho de Ministros do VI Governo Provisório por parte do Partido Socialista. Efectivamente, se bem que os socialistas digam muitas vezes que só lá têm quatro ministros e, aritmeticamente, isso é assim, na prática, o Conselho de Ministros, sempre que o Partido Socialista o deseja, como tem muitos independentes do seu lado, decide.

Por conseguinte, embora formalmente o Partido Socialista, amanhã, possa vir a argumentar que essas medidas não foram tomadas pelo seu Governo, mas pelo Governo que o precedeu, a verdade é que essa argumentação seria falaciosa. Pode-se demonstrar amplamente que essas medidas não só tiveram origem em Ministérios controlados pelo Partido Socialista como o Conselho de Ministros as votou porque o PS achou que elas deveriam ser aprovadas.

P. — E quanto ao Ministério das Obras Públicas?

R. — Já muito se falou deste Ministério que foi progressivamente esvaziado de conteúdo do ponto de vista administrativo. Efectivamente, com a separação do antigo Ministério do Equipamento Social em dois (o Ministério da Habitação,

ANTECIPAÇÃO DA POLÍTICA DO FUTURO GOVERNO

As medidas mais importantes propostas pelos Ministérios PS das Finanças e da Indústria e como vem agravar a situação das classes trabalhadoras:

1. Aumento do IMPOSTO PROFISSIONAL: Diminuindo a progressividade e retirando aos trabalhadores só por esta via cerca de mais 400 mil contos até ao fim de 1976.
2. Aumento do IMPOSTO COMPLEMENTAR: Mantendo-se e agravando-se a incidência deste imposto sobre os rendimentos do trabalho. Os rendimentos das acções ao Portador continuam a fugir.
3. Aumento do IMPOSTO DO SELO: De 10\$00 para 15\$00 a folha de papel selado com os consequentes aumentos das restantes taxas.
4. Aumento do GÁS DE COZINHA: Em garrafa de 13kg de 106\$50 para 136\$50 O m3 de gás de cidade de 1\$80/m3 para 2\$80/m3
5. Aumento do GASÓLEO DE 4\$00/litro para 6\$00/litro.
6. Aumento do CIMENTO: Passando à porta da fábrica de 770\$00/tonelada para 920\$00/tonelada

Tais medidas implicam de imediato:

- Aumento do custo dos bens essenciais de alimentação: Batatas, verduras, ovos, peixe, carne, etc., proveniente do aumento do gás e do petróleo, dos transportes e dos próprios trabalhos de cultura.
- Aumento do custo dos transportes de mercadorias que se reflectirá em todos os produtos.
- Aumento das tarifas dos transportes públicos provenientes também da subida do preço do Gasóleo.
- Aumento dos custos da habitação proveniente do aumento dos preços do cimento e do transporte.
- Aumento dos custos da alimentação proveniente da subida combinada do gás de cozinha e dos transportes de mercadorias.
- Diminuição do salário real dos trabalhadores, consequência, quer da diminuição do salário nominal devido ao aumento dos impostos e taxas, quer do aumento dos preços da alimentação, do vestuário, dos transportes, da habitação, etc.

O VI GOVERNO, COAGIDO E DOMINADO PELO PS, MOSTRA JÁ O QUE SERÁ O GOVERNO MINORITÁRIO SOCIALISTA, DOMINADO PELA DIREITA.

CAMARADA VÍTIMA DE ACIDENTE

Vítima de um acidente de motorizada quando desempenhava tarefas do Partido faleceu na Marinha Grande o camarada Armindo Fonseca.

Armindo Fonseca era um jovem de 24 anos em que o Partido depositava imensas esperanças, dada a sua tempera de activista.

Membro do "Comité Metalúrgico" (organismo de direcção de classe) Armindo Fonseca dava enorme contribuição ao seu organismo pelo dinamismo da sua

juventude e pela sua tempera de lutador.

O seu funeral foi uma das maiores manifestações de pesar vistas na Marinha Grande. Cerca de 2500 pessoas acompanhavam à última morada o militante comunista cuja urna envolvida com a bandeira do Partido.

Dezenas de ramos de flores, transportados por amigos e membros de Células do Partido deram ao funeral deste querido camarada a grandezza da homenagem que lhe era devida.

SAUDAÇÃO AO PAIGC

Texto do telegrama enviado no dia 3 pelo Comité Central do Partido Comunista Português: Conselho Superior de Luta PAIGC Camarada Aristides Pereira Presidente da República de Cabo Verde

Queridos camaradas Assinalando primeiro aniversário independência Cabo Verde Comité Central Partido Comunista Português sauda fraternal calorosamente Conselho Superior Luta PAIGC e camarada Aristides Pereira presidente da República Cabo Verde stop Vosso intermédio enviamos também nossas saudações todos militantes PAIGC e povo cabo-verdiano a quem asseguramos indefectível solidariedade comunistas portugueses nesta nova etapa sua luta pela reconstrução nacional stop Queremos reafirmar-vos nossa vontade continuar estreitamente laços fraternais amizade solidariedade que sempre caracterizaram relações nossos dois Partidos e prosseguir acção desenvolvimento relações cooperação entre Portugal e República Cabo Verde no interesse comum nossos dois povos stop Comité Central Partido Comunista Português. O Comité Central do PCP

CABO VERDE COMEMORA A INDEPENDÊNCIA

Terminaram, na última segunda-feira, com uma sessão na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, as comemorações do 1.º aniversário da proclamação da independência da República de Cabo Verde. Antes de iniciada a sessão, na qual participaram, entre outras individualidades, os embaixadores de Cabo Verde e da Guiné-Bissau no nosso País, respectivamente, Corsino Fortes e Júlio Semedo. Um minuto de silêncio recordou a memória de Amílcar Cabral e a sua presença viva de revolucionário, de primeiro militante e combatente da luta dos povos irmãos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. O Comité Central do PCP, que se fez representar na sessão de encerramento das comemorações pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, enviara, entretanto, uma mensagem de saudação ao Conselho Superior de Luta do PAIGC e ao camarada Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde.

O valor da solidariedade entre o povo português e o povo cabo-verdiano, bem como as feridas do colonialismo que é necessário curar de vez, designadamente através de uma cooperação firme a todos os níveis, foram temas desenvolvidos pelos vários oradores, na primeira parte da sessão, em que intervieram Silas Cerqueira, representante português do Conselho Mundial para a Paz e a Cooperação, Rogério Paulo, em nome da Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau, Manuel Ferreira, pela Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde, um representante do núcleo de trabalhadores cabo-verdianos no Algarve e um representante da Associação de Amizade Cabo Verde-Guiné-Bissau.

O embaixador cabo-verdiano, Corsino Fortes, a determinada altura do seu improviso diria: «Pelo conjunto das pessoas aqui presentes podemos verificar que a luta se pode transformar em fraternidade. Tal demonstra que o melhor dos homens é querer transformar as cicatrizes do passado em sementes de hoje para as sementeiras e florestas de amanhã. Não quero terminar sem fazer um voto: que o pão da opressão se transforme em todo o mundo em pão de fraternidade», acrescentou.

E essa fraternidade foi evocada repetidas vezes, ao recordar-se o significado da data e a luta que o preparou, não só para o povo cabo-verdiano como para todos os povos libertos do colonialismo fascista e bem

assim para o povo português que, em 25 de Abril de 1974, data também fortemente recordada na sessão de encerramento, se libertou do mesmo regime que oprimia os povos africanos, hoje livres e fraternos na luta pela reconstrução dos seus países.

O fim de cinco séculos de colonialismo e a data de 5 de Julho, que assinala a entrada de Cabo Verde no seio das nações livres e independentes, foram motivo para que, entre uma assistência entusiástica e confiante se encontrassem, além de representantes do corpo diplomático acreditado em Lisboa, o comandante Vítor Crespo, membro do Conselho da Revolução, Vasco da Gama Fernandes, presidente interino da Assembleia da República, o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, o tenente-coronel Carlos Fabião e outras personalidades.

A evocação de Cabo Verde como país livre e solidário com os outros países e povos que lutam contra o imperialismo e o colonialismo, à recordação sempre viva dos revolucionários que tomaram na luta, a valorização da solidariedade e do combate de todos os dias contra a herança colonial, seguiu-se uma sessão de cantos revolucionários em que participaram os grupos Cultural da Associação Guiné-Cabo Verde, Intróito, GAC, bem como os cantores José Barata Moura e José Jorge Leitria.

Entretanto, a Intersindical Nacional (Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses) enviava ao Presidente da República de Cabo Verde, camarada Aristides Pereira, ao PAIGC e às Associações de Amizade Portugal-Cabo Verde e Portugal Guiné-Bissau um telegrama de saudações, por ocasião do 5 de Junho, recordando «a longa luta dos nossos dois povos contra o colonialismo e o imperialismo» e reafirmando que «essa luta continua até alcançarmos uma sociedade sem exploradores nem explorados».

O povo de Cabo Verde pode contar com os trabalhadores portugueses, «como seus aliados naturais nas lutas passadas e futuras pela dignificação e liberdade do homem», afirma ainda a mensagem da Intersindical.

A data de 5 de Julho foi festejada em todos os locais do mundo onde vivem cabo-verdianos. Dia da Independência, dia grande da vida de um povo, o 5 de Julho teve em Cabo Verde, no próprio solo da pátria agora livre, as festividades que lembram um ano de esforços que não se limitam a recordar um dia de grande festa. O 5 de Julho em Cabo Verde foi motivo também para lembrar a batalha que lá se trava pelo progresso social e pela justiça, com destaque especial para a unidade que, sob a direcção do PAIGC, dia-a-dia se fortalece para com o povo irmão da Guiné-Bissau.

O PCP, cuja mensagem de saudação publicamos nas colunas deste número do "Avante!", acompanhou de perto a comemoração da Independência de Cabo Verde e, como no passado de luta comum, solidarizou-se com a alegria e as vitórias de um povo que continuará ao lado do povo português, solidário e fraterno nas mesmas lutas e nas mesmas trincheiras do combate pela paz, contra o imperialismo e contra todas as forças que defendem o regresso ao passado de opressão e desprezo pelo homem.



SEMANA

REFORMA AGRÁRIA

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO NA DEFESA DA R. AGRÁRIA

A unidade e organização das massas trabalhadoras na defesa da Reforma Agrária constituem mais do que nunca uma necessidade inadiável da hora presente. A Reforma Agrária é uma das conquistas mais decisivas da revolução, obra heróica dos trabalhadores alentejanos apoiados pelo proletariado industrial e por outras camadas produtivas. A medida do alcance revolucionário da Reforma Agrária é dada claramente pelo esforço com que a reacção se tem empenhado em paralisá-la, em criar-lhe obstáculos, de exploração e opressão.

A mínima quebra de unidade e organização das massas trabalhadoras é uma porta aberta à reacção que persiste numa batalha na qual está envolvida a sobrevivência de classe dos grandes capitalistas e latifundiários. Mas no momento actual trata-se não somente de resistir ao embate de uma reacção transitoriamente estimulada, mas também ao divisionismo e demagogia de pacotilha de elementos esquerdistas. Estes não são menos perigosos. A sua fraseologia pseudo-revolucionária, as suas promessas de vitória iminente podem convencer os mais ingénios, abrindo assim brechas por onde a ideologia pequeno-burguesa se infiltra nas fileiras das massas trabalhadoras enfraquecendo a sua unidade e organização. Por isso em nenhuma circunstância pode desfalecer a vigilância revolucionária e esta passa pela firmeza da unidade e da organização dos trabalhadores.

De Norte a Sul do país, o proletariado industrial e outros trabalhadores, as forças progressistas têm uma tarefa essencial pela frente: intensificar a solidariedade à Reforma Agrária, desenvolver iniciativas de apoio às unidades colectivas de produção, esclarecer e mobilizar por toda a parte os operários e todos os trabalhadores, organizar jornadas de trabalho e convívio. Numa palavra, organizar a unidade e unidos fortalecer a organização. Na hora presente, unidos e organizados, em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores estão a consolidar o processo revolucionário e a criar condições para novos avanços.

A constituição do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Vila Real, conquista muito recente dos trabalhadores da região, é uma vitória de toda a classe trabalhadora. A enorme afiliação às urnas em que mais de mil assalariados agrícolas se manifestaram a favor da organização sindical demonstra que apesar dos caciques tentarem fazer de vastas regiões do Norte um aquartelamento da reacção, as massas trabalhadoras estão cada vez mais conscientes da necessidade da sua unidade e organização. Esta convicção não anima somente os trabalhadores de Vila Real. Por toda a parte se alargam as perspectivas da organização unitária dos trabalhadores, da qual os sindicatos constituem o centro por excelência.

Por toda a parte, as massas trabalhadoras vão verificando na prática que a necessidade da defesa dos seus interesses postula a necessidade da unidade e organização. Os sindicatos que mais cedo se constituíram foram um estímulo pelos resultados alcançados, pela força ganha pelos seus associados. O exemplo estendeu-se a outras regiões e, hoje, quando os caciques do norte tentam impedir a organização sindical encontram pela frente uma inesperada resistência.

O alargamento do MARN, Movimento de Rendeiros do Norte, a várias regiões por exigência dos próprios rendeiros, o fortalecimento da ARBA, Associação de Rendeiros do Barlavento Algarvio, a constituição de cooperativas de pequenos agricultores, alguns rendeiros, para explorarem a terra em comum ou para prestarem mutuamente serviços, são alguns exemplos do impulso criador que conduz as massas à unidade e à organização. Estas são vitórias significativas da Reforma Agrária que, ao contrário do que alguns querem fazer crer, se não limita à expropriação de terras.

Os pequenos agricultores, durante longos anos explorados e reduzidos ao mais duro isolamento, quantas vezes concorrendo entre si, dispersando forças que deviam ser dirigidas contra o explorador comum, tomam consciência dos seus direitos, exigem-nos não de forma desorganizada e anárquica mas descobrindo cada vez mais os caminhos da associação de classe.

Estimular esta organização, apoiá-la através de uma solidariedade activa constitui uma tarefa revolucionária que os trabalhadores das fábricas, dos campos, dos serviços, os estudantes e as forças democráticas não deixarão de cumprir. Trata-se de uma exigência da Revolução, de uma condição da sua defesa e vitória.

ESTUDANTES DE SETÚBAL COM A REFORMA AGRÁRIA

As massas estudantis do distrito de Setúbal, mobilizadas para a aliança com os trabalhadores agrícolas, forjam o novo país em que o socialismo não seja mais um projecto adiado como pretendem as forças reacçãoárias.

Através de uma campanha de solidariedade para com a Reforma Agrária lançada pelo secretariado das associações estudantis do distrito, os jovens são ganhos para a defesa das grandes conquistas da revolução. O objectivo da campanha foi conseguido ainda que melhores resultados haja a esperar de acções semelhantes que devem prosseguir. Tratava-se de esclarecer os estudantes sobre a importância da Reforma Agrária e de como esta vitória dos trabalhadores

consustancia a vontade de um povo empenhado em mudar o seu destino de explorado. Nas escolas do distrito, a Reforma Agrária foi tema de divulgação, utilizando-se filmes, colóquios e exposições. Culminando a iniciativa das AEEE, realizou-se uma jornada até à Liga de Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Sobral (zona de Torres Vedras), tendo os estudantes visitado a Liga e assistido a um comício. Os estudantes do distrito de Setúbal entregaram a esta organização de pequenos e médios agricultores vinte mil escudos, uma pequena quantia que significa um grande esforço e uma vontade firme da jovem geração em contribuir para a consolidação e avanço do processo revolucionário.

APOIEMOS OS TRABALHADORES DAS COOPERATIVAS DE MONCHIQUE

A solidariedade para com os trabalhadores das cooperativas de serviços agrícolas da região de Monchique constitui uma necessidade para o avanço da Reforma Agrária no Algarve

A Cooperativa Agrícola de Serviços do Chirão, em Monchique, com pouco mais de uma dezena de cooperadores, que o secretário de Estado da Estruturação Agrária, o nosso camarada Vítor Louro visitou no passado dia 5, constitui um exemplo de tenacidade de rendeiros e pequenos agricultores. Com grandes dificuldades, estes trabalhadores puseram a funcionar uma cooperativa em que vendem alguns produtos necessários à lavoura, armazenam e, no futuro, ampliarão os seus serviços.

A cerca de vinte quilómetros de Monchique existe uma cooperativa idêntica cujos trabalhadores sonham ter um tractor para o pôr ao serviço dos rendeiros e outros camponeses pobres. Apesar

do caminho de 20 km. que leva até Monchique não possuir estrada, os trabalhadores dessa cooperativa vieram até ao Chirão falar com o secretário de Estado da Estruturação Agrária e apresentar as suas preocupações. Mais uma vez as queixas se fizeram sentir em relação à continuação da Lei do Arrendamento Rural, aos atropelos, calúnias e ameaças com que alguns senhorios perseguem os rendeiros. Com a aproximação do fim do prazo dos contratos de arrendamento, que expira no próximo dia 27, se os senhorios se recusarem a tratar do novo contrato de arrendamento — que deve ser sempre reduzido a escrito — os rendeiros devem deixar de pagar as rendas, mas tendo o

SOLIDARIEDADE ENTRE AS COOPERATIVAS SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES

Assinalando o Dia Mundial da Cooperação, cooperativas do distrito de Castelo Branco encontraram-se na «Camponês Livre», uma cooperativa agrícola digna de solidariedade activa. O nosso camarada Vítor Louro dialogou com os trabalhadores

Cooperativas do distrito de Castelo Branco viveram, no passado dia 3, uma jornada de confraternização na qual participou o nosso camarada Vítor Louro, secretário de Estado da Estruturação Agrária. O encontro realizou-se na Cooperativa de Produção Agrícola «Camponês Livre» em Malpica do Tejo, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Cooperação, pela primeira vez celebrado em Portugal.

Falando aos trabalhadores das cooperativas do distrito,

Vítor Louro assinalou a extraordinária importância «do convívio entre trabalhadores agrícolas das cooperativas e outras unidades colectivas» como meio de quebrar o isolamento dos trabalhadores, e de os mobilizar para fins comuns. Referindo-se às comemorações do Dia Mundial da Cooperação, disse que se tratava de um modo dos trabalhadores puderem «trocar as suas experiências, falar das dificuldades que têm a superar e fazer frente, unidos, ao inimigo comum que é a direita reacçãoária, pois não tenhamos ilusões de que ela não desarma facilmente».

Debruçando-se sobre a elevada produção deste ano «prova insofismável de que são calúnias tudo o que a reacção disse contra a Reforma Agrária e contra os trabalhadores que a fazem», o secretário de Estado da Estruturação Agrária afirmou que «não nos podemos gabar que o aparelho de Estado tenha ajudado muito a Reforma Agrária», salientando nomeadamente:

«Os meios postos à disposição dos trabalhadores agrícolas foram extremamente insuficientes e constituem uma ínfima parte daquilo que, no tempo do fascismo, era dado aos grandes agrários... Continuamos a assistir a um comportamento de tipo capitalista por parte de grande número dos bancos nacionalizados. É importante que os trabalhadores do sector bancário venham aos campos tomar contacto com as experiências dos trabalhadores agrícolas».

O camarada Vítor Louro

frisou, também, a importância da visita de pequenos e médios agricultores do Norte às unidades colectivas de produção pois só assim «poderão perceber que não passam de calúnias o que lhes é dito sobre a Reforma Agrária» concluindo que «quando os pequenos agricultores perceberem que foram enganados pelos caciques, ninguém mais pára a revolução portuguesa. Quanto mais unidos estiverem os trabalhadores mais difícil será a reacção entrar no seu meio».

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO ARMAS ESSENCIAIS

A unidade dos trabalhadores agrícolas será tanto mais eficaz no seu objectivo de defesa das conquistas da Reforma Agrária, quanto mais e melhor organizados estes se encontrarem. Vítor Louro apelou para o fortalecimento das organizações de classe dos trabalhadores agrícolas, Sindicatos e Ligas, tarefa indispensável e urgente neste momento em que se avizinhm tentativas da reacção para desmantelar a firmeza dos trabalhadores e criar maiores dificuldades. Analisando estas dificuldades, Vítor Louro alertou para a possibilidade de vir a não haver no Governo quem se bata pelos interesses dos trabalhadores agrícolas e citou o caso do crédito agrícola, cujo corte foi evitado pelos elementos progressistas que estiveram na secretaria de Estado da Estruturação Agrária durante o VI Governo Provisório. Na medida em que os trabalhadores ficarem

desprovidos desta garantia, a luta pela defesa dos seus legítimos direitos será mais arduamente travada nas unidades colectivas e através das organizações de classe. Para a defesa do que já conquistaram e para a satisfação de reivindicações que dizem respeito a todo o povo português, dado o alcance revolucionário da Reforma Agrária, as armas decisivas dos trabalhadores mais do que nunca são a unidade e a organização. A unidade implica a solidariedade. Por isso é essencial a ligação a outros sectores, nomeadamente a nível dos diferentes tipos de cooperativas.

O camarada Vítor Louro visitou depois os campos da cooperativa «Camponês Livre», um exemplo da tenacidade dos trabalhadores agrícolas. Apenas com 12 cooperadores e cerca de 1200 hectares, totalmente desprovida de máquinas, a «Camponês Livre» enfrenta grandes obstáculos. Os trabalhadores consideram que os senhores do Governo, que dizem que as unidades colectivas estão superlotadas de máquinas, deveriam visitá-las e já que consideram, também, que os trabalhadores têm meios para ceifar à mão grandes áreas, que viessem experimentar. Talvez, então, com uma visão realista, dessem andamento a aspirações dos trabalhadores cujo único objectivo é contribuir para um país menos dependente e mais próspero.

O encontro das cooperativas de Castelo Branco encerrou-se com uma animada festa popular.

EM AVIS VÍTOR LOURO APELOU À UNIDADE

Com a presença de representantes do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Portalegre e das comissões de trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção, mais de 800 trabalhadores participaram, com entusiasmo, numa reunião realizada no passado dia 2, na Casa do Povo, com o secretário de Estado da Estruturação Agrária, o nosso camarada Vítor Louro.

Vítor Louro, na sua intervenção, apelou para a defesa das conquistas no âmbito da Reforma Agrária e para a unidade dos

trabalhadores em torno de objectivos comuns, tanto mais necessária quanto a direita não deixará de aproveitar circunstâncias que conjuntamente lhe sejam propícias para avançar nas ameaças à democracia.

De forma inequívoca, os trabalhadores presentes manifestaram uma firme disposição de combate pela salvaguarda da Reforma Agrária na qual se encerra uma das mais positivas vitórias do processo revolucionário que o Povo português há-de conduzir a bom termo, derrotando as forças reacçãoárias.

O MARN ORGANIZA-SE NAS BEIRAS

Que o Governo «de todo o seu apoio aos rendeiros e aos pequenos e médios agricultores prejudicados pelas secas que se verificam no nosso país e que se proceda a um maior aproveitamento das águas existentes, de modo que todos sejam beneficiados» é, mais do que uma aspiração dos rendeiros das Beiras reunidos em Coimbra, no passado dia 4, uma imperiosa necessidade de cuja satisfação depende a sorte de muitos trabalhadores da terra.

Neste encontro, realizado no salão do INATEL sob organização do Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN), os presentes denunciaram várias irregularidades praticadas pelos senhorios como sejam a venda de terras, tentativas de expulsão dos rendeiros pelos proprietários e aumento das rendas das terras em virtude das casas dos rendeiros se situarem nas propriedades arrendadas. Um dos problemas mais focados foi a questão das secas, prevendo-se que, como consequência, haja abaixamento de rendas.

Insistiu-se, também, na necessidade da rápida constituição das comissões arbitrais.

A ampla divulgação da Lei do Arrendamento Rural e apoio efectivo à sua aplicação foram desejos manifestados pelos rendeiros e agricultores numa moção enviada aos organismos oficiais. Na verdade, passado mais de um ano sobre a promulgação da lei, os rendeiros continuam a ser vítimas de logros dos senhorios exploradores porque a Lei do Arrendamento Rural não está suficientemente difundida e o rendeiro tem poucas possibilidades de defesa a não ser integrando-se em associações de rendeiros. A constatação deste facto, experimentado dolorosamente no quotidiano dos trabalhadores rendeiros, levou a que na reunião se elegesse a Comissão Coordenadora Provisória do MARN das Beiras, cuja constituição vem abrir largas possibilidades de defesa dos interesses dos rendeiros da região e representa um estímulo ao reforço da organização de classe dos trabalhadores do campo.

RENDEIROS DA ARBA EXIGEM QUE A LEI SEJA CUMPRIDA

No plenário da ARBA mais de 600 rendeiros exigiram o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, a responsabilização dos senhorios que a violam e alertaram o Comando da GNR para a sua defesa

O plenário organizado pela Associação de Rendeiros do Barlavento Algarvio (ARBA), no passado dia 4, em Lagos, dá bem a medida da progressiva consciencialização e mobilização dos rendeiros para a defesa dos seus interesses. Mais de 600 rendeiros e pequenos agricultores vindos de quase todas as zonas do Algarve (Monchique, Portimão, Lagos, Silves, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos) participaram activamente na reunião à qual assistiu o secretário de Estado da Estruturação Agrária, o nosso camarada Vítor Louro. Presentes muitas mulheres, das mais combativas na exigência de que a Lei do Arrendamento Rural seja de facto aplicado e não fique, muito bonita, escrita no papel mas em nada modificando a exploração de que os rendeiros continuam a ser vítimas. A denúncia de diversas irregularidades foi feita de modo indignado e combativo. Entre elas,

conta-se o facto de senhorios entrarem nas terras arrendadas para roubar produtos e destruir culturas a coberto da protecção da GNR que, provavelmente nem saberá que está a servir os violadores da lei. Neste ponto insistiu-se na necessidade de alertar o Comando Geral da GNR para esclarecer as suas forças e pô-las antes ao serviço dos rendeiros que, estes, sim, têm o direito de as requisitar sempre que o senhorio pretenda tirar produtos da terra sem sua autorização. Outras denúncias relacionam-se com as tentativas de expulsão das terras por parte dos senhorios e da sua recusa em passarem os contratos de arrendamento a escrito ou ainda de tentarem subir as rendas dos novos contratos (os antigos expiram no próximo dia 27) ou negando-se a renová-los o que vai manifestamente contra o estipulado na Lei.

Respondendo a diversas dúvidas colocadas por rendeiros e pequenos e médios agricultores, o camarada Vítor Louro abordou algumas questões. Ficou assim esclarecido que a passagem do contrato de arrendamento a escrito é obrigatório, sofrendo sanções os senhorios que se negarem a fazê-lo. Por outro lado, a passagem a escrito não implica aumento das rendas da terra, a não ser que as duas partes estejam de acordo, não podendo os novos valores excederem o previsto na lei. Em caso de conflito, técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas estabelecerão a produção média e o seu valor.

Os rendeiros ameaçados por expulsão por parte do senhorio, que assim violam a lei, devem imediatamente avisar a Comissão de Reforma Agrária, CRA. Apenas quando o senhorio se propõe cultivar a terra, o rendeiro é obrigado a sair da propriedade mas o senhorio terá de provar que a terra é necessária à sua subsistência, sendo a prova desta necessidade feita através do Tribunal ou da

Comissão Arbitral (constituída por delegados dos rendeiros, dos senhorios, um juiz e um representante da CRA ou técnico estatal).

O camarada Vítor Louro referiu-se ainda longamente ao problema da concessão de créditos agrícolas para rendeiros e pequenos e médios agricultores (incluindo os senhorios pobres), ao estabelecimento da Previdência Rural e à segurança de escoamento de produtos e garantia de preços que constituem, também conquistas só alcançadas com a plena realização da Reforma Agrária da qual são parte integrante.

Assistiram à reunião, que se distinguiu pela vivacidade dos rendeiros, o eng.º Gabriel Gonçalves, director do Centro da Reforma Agrária do Algarve, um representante do Governador Civil de Faro, o presidente do Instituto da Reforma Agrária, eng.º Alves da Silva e vários técnicos do IRA e da CRA de Lagos.

A CAMPANHA CEREALÍFERA NÃO ESPERA

Parte da colheita de cereais continua em perigo de apodrecer

Numa altura em que o VI Governo Provisório se mostra tão activo na adopção de medidas que implicam de imediato o aumento do custo dos bens essenciais de alimentação, dos transportes e da habitação, com os reflexos já conhecidos na diminuição do salário real dos trabalhadores, o mesmo Governo ainda não fixou, que se saiba, os preços de garantia para a compra dos vários tipos de cereais, apesar

de já terem começado as ceifas de uma colheita excepcional, nunca igualada pela produção agrícola no nosso país.

Que espera para o fazer, já que se trata de uma medida urgente, o Instituto dos Cereais, directamente dependente do Ministério do Comércio Interno? A abertura da campanha cerealífera foi anunciada para o passado dia

28, mas muitos dos que têm a seu cargo os competentes organismos regionais ainda não possuem quaisquer instruções para essa campanha.

Que se pretende com a ausência declarada de medidas práticas da parte de um sector com responsabilidades no bom andamento da Reforma Agrária e da produção agrícola em geral? Que se passa, por exemplo, com o arroz, para o qual o Instituto dos Cereais ainda não tomou quaisquer medidas, apesar de o manifesto das sementeiras ter de ser feito até ao dia 15 de Junho de cada ano? Por que espera aquele organismo do Ministério do Comércio Interno para fixar os termos segundo os quais os produtores devem manifestar anualmente as respectivas produções e sementeiras? Não estará em vigor o Decreto-Lei 609-A/75? Por outro lado, a quem se vai pedir responsabilidades quando, por falta de armazenamento adequado, os cereais se deteriorarem? É

sabido que parte da produção cerealífera, designadamente a aveia, a cevada e o centeio, está ameaçada de não ter armazenamento capaz. Mas, apesar de algumas afirmações oficiais vindas a público, o risco mantém-se. Algumas questões estão ainda à espera da resposta que afaste por completo os receios de que as unidades colectivas de produção se vejam reduzidas aos seus próprios meios para armazenarem aqueles cereais em condições que não serão as melhores.

O VI Governo Provisório parece perder para uma banda só no seu afã de legislar. Era bom vê-lo a exigir, entretanto, que se cumpram algumas directivas muito práticas e que não podem nem têm que esperar sequer por reuniões do Conselho de Ministros. Trata-se de aplicar a lei vigente e de não deixar que apodrecam alimentos que fazem falta na mesa dos portugueses, numa altura em que o Governo se apressa a legislar no sentido de lhes aumentar o preço.

LUTA PELA TERRA LUTA PELA REVOLUÇÃO

A experiência portuguesa na luta pela Reforma Agrária: êxitos, dificuldades e perspectivas



REVISTA
INTERNACIONAL N.º 5

um texto de
António Gervásio
membro do C.C. do PCP

Distribuição CDL
Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57 C - Lisboa 1

SEMANA INTERNACIONAL

A REACÇÃO ESPANHOLA RETARDA O INEVITÁVEL

Com a demissão de Arias Navarro e a nomeação de Adolfo Suarez para primeiro-ministro, a situação política em Espanha fica mais nítida, mas de forma alguma menos complexa. A direita tenta desta forma afirmar-se, cortando veleidades pretensamente liberalizantes, que a obrigaram a manobrar numa corda bamba, com o aproveitamento da sua oca demagogia pelas massas trabalhadoras espanholas. À esquerda, os sectores que acreditaram em manobras liberalizantes e traçaram a orientação política nos parâmetros de tal credulidade, verão melhor neste momento a sem razão do seu irrealismo político.

Os campos estão melhor definidos, mas com isto não ficaram os franquistas com o terreno limpo para a sua acção. O movimento de massas em Espanha é uma realidade que se multiplica em centenas de lutas pelos mais diversos objectivos e convergindo na concretização do anseio comum de liberdade e democracia.

Apesar de prestar o seu juramento, o novo primeiro-ministro prometeu «desempenhar o cargo de presidente do governo com absoluta lealdade ao soberano e estrita fidelidade aos princípios do Movimento Nacional e leis fundamentais do reino, assim como guardar segredo das deliberações do Conselho de Ministros». Lealdade às leis actualmente vigentes em Espanha, fidelidade aos princípios do Movimento Nacional, definem a silhueta do fascismo, mas de forma alguma a defesa dos interesses do povo espanhol, ou sequer a simulação de tal defesa. Esclarecedora é igualmente a primeira decisão dos ministros apontados como «reformadores» a participarem no gabinete de Adolfo Suarez, não podendo entretanto ser acusados de particularmente sensíveis ao cheiro do fascismo, pois nunca lhes repugnou contracenar com Arias Navarro, escolhido por Franco.

A direita, que nas vésperas da nomeação erguia o braço na sinistra saudação nazi, e criticava a actual organização espanhola, demonstra actualmente uma certa euforia. Talvez excessiva. É característica constante da reacção a subestimação da capacidade de organização e luta das massas populares. O desejo da maioria do povo espanhol de ver legalizados todos os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista de Espanha, revelado nomeadamente nas conclusões de uma sondagem à opinião pública feita por um organismo oficial, e sobretudo a maré crescente de lutas das massas populares, deveria alertar e moderar a euforia de que neste momento a reacção dá provas. Os fascistas regozijam-se, «suspiram de alívio», até quando?

A direita «política» — aquela que sabe das conveniências de manter algum verniz que possa salvar aparências em momentos difíceis — fala de «democracia pacífica», de «programa de reforma democrática». Bem claro na linguagem, o «Washington Post» considera que o novo chefe de governo espanhol dará ao país uma «direcção forte».

O quadro económico de Espanha não é mais animador do que o quadro político. Números oficiais recentemente publicados mostram o aumento «record» de 4,58% no custo de vida, em Maio, elevando a taxa de inflação nos 12 meses anteriores a mais de 20 por cento. Os produtos básicos alimentares, como o pão e as batatas, são os responsáveis, respectivamente, por 3,33 e 3,3 por cento do aumento registado nos últimos meses. As mais fortes variações registaram-se na alimentação que, só no mês de Maio, aumentou de 7,98 por cento.

Patenteando as ilusões, a esperança numa «liberalização» que não poderia nunca ser levada à prática pelos mesmos que estão empenhados na defesa dos privilégios do capital, grande parte da esquerda espanhola reagiu à demissão de Arias Navarro, confiando na nomeação de um sucessor capaz de levar avante tal «liberalização».

Como os factos vieram a demonstrar, processa-se em Espanha uma ofensiva da direita. Uma ofensiva em que os objectivos visados não se circunscrevem ao território espanhol. A evolução política de países que vivem lado a lado (e não só) não é estanque. Há uma interacção com que o capitalismo pretende manobrar.

A vitória recente do PCI em Itália cujo fruto imediato foi a escolha de um comunista — pela primeira vez — para a presidência da Câmara de Deputados, não é naturalmente do agrado do imperialismo, que não se esforçou pouco para evitar esses resultados, violando mesmo todas as normas das relações internacionais. Os cabeçalhos dos jornais burgueses, incensando uma «vitória» da democracia-cristã, que sobejamente sabem ser falsa, mais não visam do que encobrir uma realidade que lhe é dolorosa.

Um Portugal que resiste apesar de todas as ofensivas do capital internacional que se bate por esvaziar de conteúdo o processo revolucionário que se vive no nosso país, mantém-se como um espinho cravado a cercar os movimentos do imperialismo. Hoje o imperialismo tenta jogar em Espanha, para alimentar um centro de reacção que terá repercursões negativas numa Europa que se agita «demasiado».

O irreversível movimento das massas populares que se agiganta no velho continente, constituirá obstáculo intransponível às manobras do capitalismo em crise.

Mesmo os mais optimistas teóricos da reacção internacional não vêem o povo espanhol a dobrar-se, a silenciar as suas reivindicações, a desistir duma batalha crescente pela liquidação do fascismo, face aos braços erguidos do fascismo a cantar loas ao novo chefe do governo.

Como não levam a sua imaginação ao ponto de sonharem com uma França, uma Itália, livres dos germes da revolução, vergados ao preço crescente do capitalismo monopolista. O Portugal revolucionário calmamente triturado na máquina da recuperação capitalista. As massas populares paralisadas.

Mas não poupam nenhuns esforços nesse sentido. Não deixam escapar nenhuma oportunidade. A Europa dos trabalhadores saberá inutilizar tais esforços.

OS ACONTECIMENTOS NA POLÓNIA

A imprensa reaccionária especulou largamente com os recentes acontecimentos na Polónia. Mas os factos concretos foram cuidadosamente escondidos ou pura e simplesmente deturpados

A imprensa burguesa, em especial aquela que se destaca dos esforços desmesurados para tentar encontrar pelo mundo socialista o lixo que enchameia a sociedade capitalista, que se especializou em deturpar factos, a elaborar calúnias, exortou: na Polónia verificaram-se dificuldades na elaboração de uma nova política de preços, grupos de grevistas utilizaram a violência gratuita para pôr em causa medidas que entretanto estavam a ser cuidadosamente discutidas com os sindicatos, com as massas trabalhadoras, com todo o povo polaco.

Dos grupos de grevistas, a imprensa burguesa fez heróis. As centenas de milhares de manifestantes que por toda a Polónia patentearam o seu apoio ao Governo, foram reduzidas a massas manipuladas, engrossando uma «campanha governamental contra os grevistas». Como é normal, foi dado o devido destaque a um qualquer grupo de intelectuais que teria dado o seu apoio aos grevistas.

Uma vez mais a imprensa burguesa mostrou de forma nítida a trave mestra da sua política de «informação». A mais «liberal» contrapõe críticas de fachada a «excessos» do mundo do capital à condenação caluniosa do socialismo.

Entretanto, os factos, aqueles que são cuidadosamente encobertos porque incómodos, falam por si: desde 1970, os salários nominais aumentaram na Polónia quase 59%. Os salários reais, na sequência da manutenção do nível dos preços dos artigos alimentares de base durante cinco anos, aumentaram cerca de 41 por cento. Prevê-se, no actual quinquenato, uma subida dos salários reais de 16 a 18 por cento.

A manutenção dos preços dos artigos alimentares de base face à subida dos custos de produção dos produtos alimentares, estava a ser coberta por crescentes dotações provenientes do orçamento de Estado. Assim, uma estrutura inadequada de preços limitava as possibilidades de elevar o nível de vida.

A alteração da estrutura de preços foi examinada no VII Congresso do POUN em Dezembro de 1975. De acordo com as directrizes estabelecidas no Congresso, o Governo, depois de ter examinado as diversas propostas e debatido a

questão com os sindicatos, definiu as resoluções apropriadas. Serão mantidas as dotações de Estado para alguns dos produtos alimentares, o que permitirá conservar inalteráveis os preços do pão, da farinha, do leite, de alguns tipos de queijo. Serão aumentados os preços da carne, em particular dos tipos mais caros, para além de outros produtos.

As alterações propostas permitirão melhorar a relação entre os preços dos artigos alimentares e os dos produtos industriais.

Os efeitos destas alterações serão compensados por suplementos aos salários, às reformas e às pensões, assim como aos abonos de família.

Foi este o curso dos factos. A base dos problemas surgidos, cuidadosamente empolados pelos órgãos de informação ao serviço do capital, é entretanto ocultada.

Do paralelo com o que se passa no mundo do capital, não seria a Polónia socialista a sair desbeneficiada. Nem números. Nem nos métodos utilizados para a resolução dos problemas.

Segundo as mais recentes estatísticas divulgadas pela Organização do Mercado Comum, registou-se considerável subida dos preços de consumo nos países-membros daquela organização. Assim, em relação a 30 de Junho de 1975, os agravamentos de preços andaram entre a taxa de 5% na RFA e de 16,7 por cento na Itália. No que se refere aos países da América Latina as taxas de inflação são semelhantes, excluindo naturalmente o Chile, com uns significativos 250,4%.

No que respeita a métodos... a experiência das massas trabalhadoras dos países capitalistas é fértil quanto à forma «democrática» como os aumentos são decretados. Já nem se refere consultas e debate. Os tradicionais aumentos de preços executados nos períodos de férias falam por si.

O que se passa, é que os aumentos de preços constituem uma verdadeira raridade nos países socialistas. Como é também raridade formas de protesto como as recentemente verificadas na Polónia, aliás merecendo o repúdio massivo dos trabalhadores polacos. Daí o escândalo fabricado pela imprensa burguesa à míngua de factos para aproveitamento calunioso contra o socialismo. Não é a

marcha para o socialismo — ainda que esta implique forçosamente sacrifícios inegáveis, como toda a verdadeira obra de construção revolucionária —, mas os resíduos das velhas estruturas, que conduzem por vezes a situações mais complexas, a momentos de conflito. Quando num determinado momento do processo revolucionário em Portugal foi justamente lançada a consigna da batalha da produção, em benefício — finalmente — das massas trabalhadoras, também se soaram vozes discordantes e se multiplicaram resistências passivas contra o que era um

atentado ao comodismo, à mentalidade individualista, inculcada durante décadas de fascismo. O futuro não se ergue sem obstáculos e dificuldades.

Como afirmou o camarada Edward Gierek num encontro com um colectivo operário de Katowice: «Avançamos rapidamente. Depende de nós o ritmo da nossa marcha futura. Não devemos esquecer que a posição do país, os seus recursos e a sua prosperidade não se recebem como um dom. Só podem ser obtidos pela ponderação colectiva, pelo trabalho comum, uma permanente disciplina colectiva.»

AMÉRICA LATINA: O POVO REAGE À OFENSIVA DO IMPERIALISMO

No Peru e no Uruguai a ofensiva da reacção interna e externa encontra pela frente a firmeza e a determinação dos comunistas

O governo progressista do Peru defronta neste momento as mais sérias dificuldades dos seus oito anos de poder, dificuldades que surgiram na sequência da adopção de medidas económicas que criaram um certo mal-estar entre a população, habilmente aproveitado pela direita.

O governo de Morales Bermudez declarou destinar-se as medidas, tomadas a superar uma grave situação económica, que se verifica pela dependência e consequentes repercursões na economia do Peru, da economia capitalista e da grande crise que esta atravessa.

O APRA, os sectores mais reaccionários da direita, não deixaram naturalmente escapar este momento tão propício para a sua acção subversiva, tanto mais que as medidas tomadas pelo governo revolucionário do Peru afectam muito em particular as massas trabalhadoras, às suas camadas mais desfavorecidas.

Os surtos de violência desencadeados levaram à instauração do Estado de sítio. É a segunda vez desde Fevereiro de 1975, que o Governo se vê obrigado a recorrer a esta medida para impedir as manobras de desestabilização da situação política levadas a cabo pela direita.

Entretanto, referindo-se às medidas económicas adoptadas, o Partido Comunista do Peru, e a Frente

de Defesa da Revolução exortaram os trabalhadores e o povo em geral para a vigilância e não cedência às provocações da direita. Nos comunicados emitidos fazem algumas objeções às medidas do Governo e recomendam soluções radicais a favor da maioria da população. Concretamente, levantam a questão básica de que não devem ser as massas trabalhadoras a pagarem o peso maior da solução de uma crise para que em nada contribuam.

Os comunistas peruanos propõem uma alteração na escala dos aumentos salariais, a fim de que os que recebem menos possam auferir os maiores aumentos. Propõe-se igualmente não levar à prática o congelamento por seis meses dos contratos colectivos de trabalho e o estabelecimento de um severo controlo de preços.

Os esforços de desestabilização da situação política que a direita tem vindo a fazer no Peru, inserem-se numa mais vasta operação de ataque aos regimes progressistas da América Latina e de formação e consolidação de santas alianças de cunho fascista. Num apelo recente à unidade, o Comité Central do Partido Comunista do Uruguai aponta como tarefa histórica do momento presente forjar a unidade antifascista dos povos da América Latina face à organização de esforços

levada a cabo pelos governos fascistas.

No decurso da declaração emitida em Montevideo, o Partido Comunista do Uruguai salientou a efectivação da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Santiago do Chile como «uma tentativa cínica de dar um ar de legalidade a uma sangrenta ditadura fascista condenada por todas as forças sãs da opinião pública mundial». O Partido Comunista do Uruguai considera esta reunião da OEA como uma manobra dos meios norte-americanos mais belicistas e dos regimes ditatoriais do continente para obstruir a nível mundial os esforços para a paz e a distensão.

«No plano continental — afirma o Partido Comunista do Uruguai — eles pretendem fazer face ao prestígio sempre crescente da revolução cubana, aos seus sucessos económicos. A existência de um Peru nacionalista revolucionário. De um governo independente no Panamá e de diversas zonas de resistência à submissão ao imperialismo». Os ataques concertados à Jamaica e à Guiana são igualmente significativos.

«Com a reunião da OEA — acrescenta o Partido Comunista do Uruguai — o imperialismo tenta levar a cabo planos visando a formação de um tratado do Atlântico Sul, a pretensão de revivê-la na África do Sul. Tentar-se-ia assim transformar acordos da Junta Interamericana de

Defesa num Pacto jurídico da organização americana».

A ofensiva do imperialismo na América Latina é nítida. As suas preocupações com um continente conhecido pelas suas potencialidades revolucionárias mantêm toda a sua actualidade. A luta que neste momento se processa na Bolívia, é um exemplo esclarecedor.

Os mineiros da Bolívia prosseguem a greve iniciada em princípios de Junho, que posteriormente se estendeu aos sectores universitários. A resposta do regime de Banzer passou pela adopção de medidas como o despedimento de cerca de 500 mineiros, a suspensão dos seus direitos sociais, a recusa de pagar salários, a ocupação militar das minas, o bloqueio dos alimentos e da água potável para as aldeias mineiras.

No que respeita aos estudantes, em greve de solidariedade em seis das nove universidades existentes, 70 por cento encontram-se impossibilitados de seguir os seus estudos com o encerramento de cinco centros de altos estudos em menos de 48 horas.

Um exemplo dos métodos repressivos utilizados pela reacção latino-americana. Mas sobretudo um exemplo da grande combatividade das massas populares, da sua capacidade de resistir e desafiar o arbítrio das medidas repressivas.

Um exemplo que ensombra os sonhos de domínio, as sinistras pretensões do imperialismo no continente americano.

A CDL DISTRIBUIU ESTA SEMANA*

SEARA NOVA

- **COMBATES PELA DEMOCRACIA**
de José Tengarrinha 70\$00
- **ESTRUTURA E DIALÉTICA DA PERSONALIDADE**
de Alberto Merani — apresentação do prof. Seabra Dinis 80\$00

edições Avante!

- **INTRODUÇÃO À DIALÉTICA MARXISTA**
Colecção ABC do Marxismo-Leninismo Série B-n.º 4 10\$00
- **O PARTIDO COMUNISTA BÚLGARO E A EDIFICAÇÃO DA SOCIEDADE SOCIALISTA DESENVOLVIDA**
de Todor Jivkov 20\$00
- **OS PRECURSORES DO SOCIALISMO MODERNO (O Socialismo Utopico)**
Colecção ABC do Marxismo-Leninismo Série A-n.º 5 10\$00

OUTRAS EDIÇÕES

- **O CASO DOS 17 DA TÊXTIL MANUEL GONÇALVES**
Edição dos 17 trabalhadores em risco de desemprego 50\$00

Pedidos a CDL — Central Distribuidora Livreira — Av. Santos Dumont, 57-C Lisboa 1

A PARTIR DE AGORA TAMBÉM PARA SI A ECONOMIA NÃO SERÁ DIFÍCIL!

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

LEV LEONTIEV

CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLITICA

UM CURSO EM 2 VOLUMES À VENDA NAS BOAS LIVRARIAS

Pedidos a CDL — Central Distribuidora Livreira — Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1

ABC do Marxismo-Leninismo



NAS FÉRIAS ATUALIZE A SUA LEITURA

- 1º O que significa a palavra dialéctica?
- 2º Porque necessitamos de uma doutrina geral e filosófica do desenvolvimento, e onde se encontram condições para a elaborarmos?
- 3º Em que consiste a relação entre a quantidade e a qualidade e a qualidade e a quantidade no desenvolvimento?
- 4º Que relação existe entre a evolução (reformas) e a revolução?

A explicação científica e uma linguagem acessível a estas interrogações, encontra-as na Introdução à Dialéctica Marxista, o n.º 4 da Série B (A Imagem Moderna do Mundo), da colecção ABC do Marxismo-Leninismo, a tal colecção acessível na linguagem e no preço, pois cada caderno custa apenas 10\$00.

A Colecção ABC DO MARXISMO-LENINISMO é uma distribuição:

edições Avante!

CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA, SARL, Av. Santos Dumont, 57-C — Tel. 769744/91 LISBOA 1

SEARA NOVA

No próximo dia 9, pelas 21.30 h., realiza-se na LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS um colóquio com a redacção da Revista SEARA NOVA sobre o presente e o futuro da revista. Se és assinante, o assunto diz-te directamente respeito. Se ainda o não és, talvez seja altura de te interessares por um dos poucos órgãos da imprensa que sempre defenderam a liberdade e a democracia... e fazeres a tua assinatura.

5 DIAS 5 NOITES

Colecção «Resistência» Preço: 30\$00 Distribuição: CDL Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont 57-C — Lisboa 1

A FESTA DO «AVANTE!» SERÁ A FESTA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Visitar a Cidade Internacional é estar presente no encontro com todos aqueles que, ao longo dos anos, têm provado pela sua prática que é possível modificar a face da Terra

Uma vasta zona, parte dos dois mil trezentos e cinquenta metros quadrados que é o total da superfície do recinto da FIL que será ocupado durante três dias pela Festa do "Avante!", será dedicada à Cidade Internacional.

Ai encontraremos as representações de partidos irmãos, de estados Socialistas, dos novos e antigos africanos, de jornais comunistas, legais e clandestinos, representações que constituem outras tantas imagens do que são as vitórias, as experiências e as lutas dos que, pelo mundo fora se empenham nos caminhos que vão dar a uma sociedade nova, liberta e feliz, em contradição com as forças que ainda persistem em remar contra a maré da História, persistem no obscurantismo e na exploração do homem.

Ai encontraremos, representadas na sua diversidade, as três componentes das forças mundiais do progresso que cada vez mais fazem recuar o imperialismo internacional e o fascismo e o colonialismo — o campo socialista, o movimento operário internacional e o movimento nacional libertador.

Visitar a Cidade Internacional, é dar a volta ao mundo, é estar presente no encontro com todos aqueles que, ao longo dos anos têm provado pela sua prática que é possível modificar a face da terra e varrer dela todas as sombras que ainda persistem.

O visitante não irá limitar-se a uma vista de olhos, por mais demorada e larga que seja, pois terá a oportunidade de conversar com os camaradas que de países distantes se vão deslocar para também estarem conosco, durante os três dias — tão curtos irão parecer — que durará a Festa do "Avante!".

OS PAÍSES SOCIALISTAS

Os Pavilhões dedicados aos Países Socialistas onde poderemos admirar as mais variadas exposições e até adquirir objectos de artesanato e muitos outros, irão dar-nos

uma ideia mais concreta, que ultrapasse a estreiteza dos números já conhecidos, do que foram e são as vitórias alcançadas pelos trabalhadores e pelos povos desses países na construção da sociedade socialista e,

muitos deles, na vanguarda do progresso técnico-científico no mundo, apesar de resolvidas as contradições antagónicas entre as classes que ainda persistem, o espírito internacionalista não se esbateu; pelo contrário, o

cada país dos operários e do povo, souberam conduzir a bom termo cada uma das etapas necessárias à consolidação das vitórias, e continuam avançando nos caminhos promissores do futuro.

OS QUE LUTAM SOB A OPRESSÃO E O FASCISMO

Não serão apenas os partidos legais, ou os jornais de partidos legais que poderemos ver representados na Cidade Internacional. Caberá lugar especial, e de justiça, aos que lutam sob a opressão e o fascismo. Assim teremos sob os nossos olhos a imprensa clandestina, os folhetos, o trabalho obscuro de militantes heroicos que mantêm vivas as palavras dos seus partidos.

Decerto que esta parte da Exposição irá tocar profundamente os militantes portugueses, e todos os trabalhadores portugueses que têm bem presente a recordação de não há muito, terem lido, terem distribuído, terem tocado o papel fininho do "Avante!" de antes do 25 de Abril. Pois é altura de retribuirmos a solidariedade internacionalista de que fomos tantas vezes alvo por parte dos progressistas do mundo inteiro.

Retribuir a solidariedade, corresponder às iniciativas que vão contribuir para o reforço das posições dos comunistas e de todos os antifascistas que, sob a repressão, onde quer que estejam, trabalham com redobrada energia para alcançar a liberdade é um dos principais motivos que nos levará à Cidade Internacional.

A LIBERTAÇÃO DE ÁFRICA

Lutar contra a guerra colonial, lutar contra o colonialismo, foi parte integrante da própria batalha contra o fascismo que o povo português travou durante longos anos. O fascismo e o colonialismo foram o inimigo comum do povo português e dos povos africanos que à custa de enormes sacrifícios viram finalmente a vitória concretizar-se. Trata-se de uma vitória comum.

Fortes laços nos ligam portanto a esses povos, fortes laços internacionalistas ligam o Partido Comunista Português aos partidos irmãos que ontem conduziram a guerra ao colonialismo e hoje conduzem os destinos dos povos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique.

Poderemos contactar com camaradas do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO nos pavilhões dos Estados Africanos que terão os seus lugares na Cidade Internacional.

Dar-nos-ão aí o testemunho do que foi a guerra colonial, dar-nos-ão também o testemunho do que é a reconstrução de países debilitados pela exploração colonialista mas cujas riquezas humanas, mais ainda que materiais, permitem esperar que não esteja longe o dia em que alinharem entre os países mais desenvolvidos do continente africano.

INTERNACIONALISMO E UNIDADE

A Cidade Internacional, que integra a Festa do nosso jornal, pretende assim contribuir para o reforço do espírito internacionalista proletário que tem caracterizado as relações entre os comunistas de todo o mundo e, além deles, de todas as forças democráticas e progressistas que, em contextos diversos, têm aberto novos rumos para a humanidade.

A EP VAI DE FÉRIAS?

A EP vai partir para férias. Queremos dizer: muitos camaradas vêm chegar o tempo merecido das férias. Muitos comunistas vão temporariamente deixar os seus locais de trabalho onde não só produzem mas também desenvolvem o seu esforço de militantes. Ora, a militância de um comunista não pára. E a venda da EP também não.

Será talvez por isso que os pedidos que chegam de EPs têm aumentado nos últimos dias. Nenhum camarada deve, efectivamente, perder a oportunidade de levar consigo muitos cupões numerados que, pelo preço de 100 escudos, dão direito à Entrada Permanente no recinto onde se vai realizar a grandiosa Festa do "Avante!".

Vendendo a EP nas terras para onde se desloca em férias, o militante leva ainda mais longe o esforço de tornar a Festa num grande acontecimento nacional.

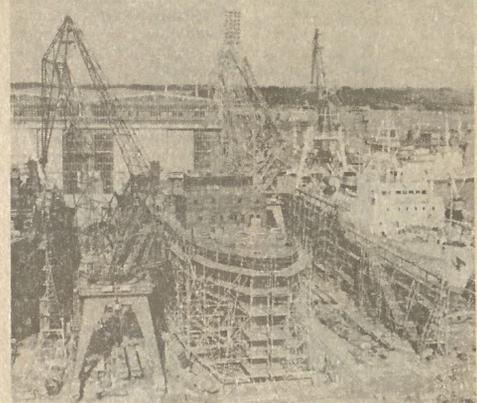
Os camaradas irão assim explicar a mais trabalhadores as vantagens de comprar uma EP — para além de não terem de pagar, por cada entrada, o preço na bilheteira, de 50 escudos, durante os três dias da Festa (o que sumaria 150\$00), a EP ainda dá direito a vários prémios a sortear em 31 de Julho, 31 de Agosto e 25 de Setembro!

como no caso da União Soviética, do que é já a construção das bases técnicas e materiais do comunismo.

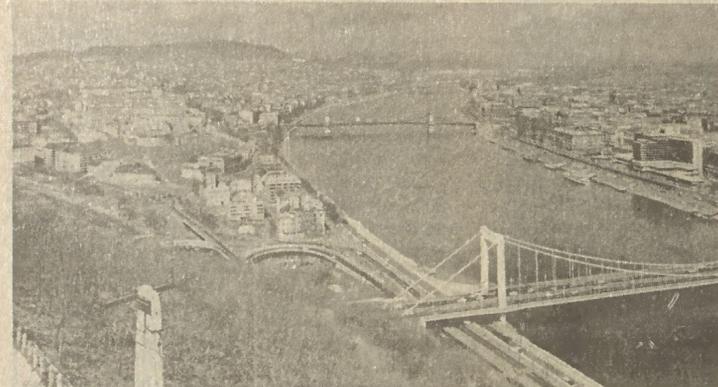
Apesar do avanço extraordinário nas conquistas obtidas depois das revoluções vitoriosas em cada um desses países, que se colocam, a

campo socialista é o mais sólido garante, tanto de prosseguimento da luta contra o imperialismo sob as mais diversas formas, apoiando a luta dos povos pela sua libertação, como também é o mais sólido garante da possibilidade, e em determinadas condições, da passagem pacífica ao socialismo, fazendo face à agressividade dos estados imperialistas e dos seus lacaios.

Os exemplos da construção do socialismo em países tão diferentes e em tão diferentes situações históricas, políticas e sociais, ajudar-nos-ão a compreender melhor os êxitos obtidos e também as reais dificuldades enfrentadas, para as quais foram encontradas soluções que correspondiam justamente às condições concretas verificadas a dada altura em dado país, o que prova à evidência que nem a revolução se exporta, nem o socialismo se pode construir fugindo aos princípios científicos do marxismo-leninismo. Os comunistas, vanguarda em



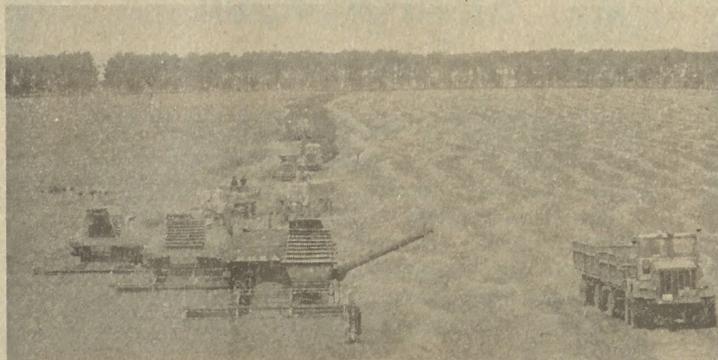
República Democrática Alemã



República Popular da Hungria



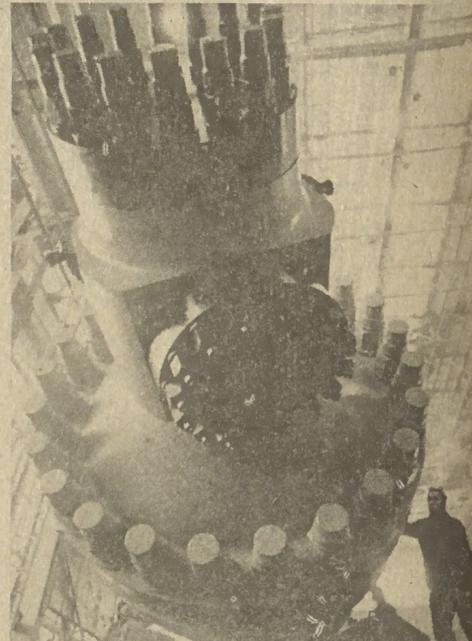
República Socialista da Checoslováquia



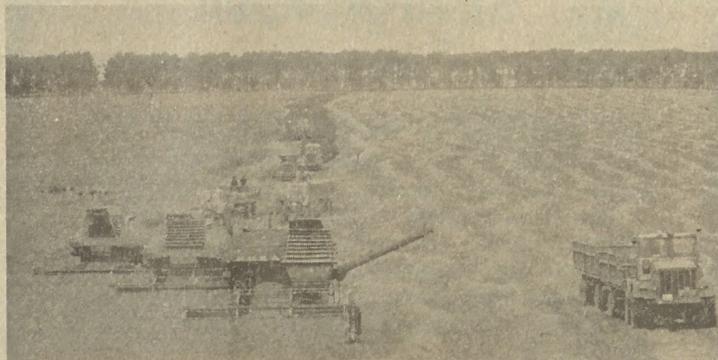
República Popular da Bulgária



República Popular da Polónia



República Socialista de Cuba



União Soviética

No momento em que se prepara tal iniciativa, não deixa de ter significado referir que a unidade do movimento comunista saiu reforçada na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, que acabou de realizar-se em Berlim.

Diferenciados embora na elaboração das respectivas linhas políticas referentes sobretudo às condições diversas em que lutam, os comunistas reunidos em Berlim adoptaram unanimemente uma

plataforma ideológica comum que diz bem da sua unidade quando se trata de assuntos que interessam a todos os povos.

Procurando dar uma vasta panorâmica das lutas, das vitórias, das aspirações que encontram o seu caminho, a Cidade Internacional abrirá também perspectivas ao entendimento das forças progressistas deste país com o mundo nos caminhos da paz, da segurança, da cooperação e do progresso social.